

A AGRICULTURA A TEMPO PARCIAL COMO «FACTOR DE ESTABILIDADE E DE PAZ SOCIAL» EM PORTUGAL

CARMINDA CAVACO

1. INTRODUÇÃO

A ideia que o título deste artigo sugere tem sido bastante repetida pelos estudiosos da evolução da agricultura camponesa e das modalidades de penetração do capitalismo na agricultura, inclusive no nosso país, em que salientamos os trabalhos de M. VILLAVERDE CABRAL. Pensamos, no entanto, que entre nós e na actualidade merece novas investigações e averiguação aprofundada por estudos empíricos e por análises quantitativas e qualitativas, a diferentes escalas espaciais. Como sublinha aquele autor (1979, p. 69), referindo-se a Portugal, «uma série de análises adicionais a nível regional levaram-nos à conclusão de que o emprego deste semiproletariado na agricultura ou na construção local diminuiu nos últimos anos, mas estas formas tradicionais de semiproletarização foram substituídas por outras mais estáveis na indústria manufactureira; assim se generalizou em grande parte do Noroeste e em zonas do Oeste o modelo estabelecido há mais de um século pela indústria algodeira nos distritos de Porto e Braga; as indústrias dependentes desta forma concreta de articulação com a economia camponesa não são apenas as mais pequenas e atrasadas, mas também as grandes multinacionais». Documenta-o aliás a ITT, indústria de mão-de-obra largamente feminina e pouco especializada, de origem camponesa e residência rural e dispersa pela região saloia ocidental (C. CAVACO, 1985, a). Esta mão-de-obra exemplifica também que a semiproletarização não é uma situação individual do agricultor, mas uma situação familiar, e que os estudos da agricultura a tempo parcial se devem centrar mais na família que nas explorações, como defende C. BARBERIS (1970, p. 30): continuação da combinação camponesa entre economia

agrícola e economia familiar (receita familiar global e indivisível, independentemente das fontes e dos distritos, como foi salientado por TÉPICHT).

O *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 (RAC)* e o *XII Recenseamento Geral da População (1981)* permitem avaliar, para os finais dos anos 70, e a nível regional, a natureza e o alcance do papel da agricultura a tempo parcial como «amortecedor», «moderador», de tensões e conflitos sociais, nomeadamente entre entidades patronais e trabalhadores dependentes dos diferentes sectores e ramos de actividade, não obstante as dificuldades de confronto dos dados das duas fontes. Por exemplo, os que em 1981 se declararam trabalhadores agrícolas por conta doutrem não são todos os que o fazem habitualmente, quer no tempo restante laborem explorações da família ou noutros sectores de actividade ou permaneçam desocupados, o que nos explica que, em certos distritos, os membros dos agregados domésticos dos produtores individuais que em 1979 trabalhavam fora da exploração na agricultura, silvicultura, caça e exploração florestal fossem muito mais numerosos que os trabalhadores por conta doutrem dos mesmos ramos de actividade recenseados em 1981 (o mesmo se passa com os pluriactivos agrícolas: trabalham na exploração e fora dela, mas no sector); por sua vez, os pescadores inseridos em explorações agrícolas representam frequentemente mais de 100% dos pescadores profissionais de 1981, nomeadamente nos distritos onde a pesca nos rios e em barragens tem alguma importância como ocupação secundária; também os membros das famílias dos produtores individuais que laboram nas «outras actividades remuneradas» alcançam percentagens muito altas, relativamente aos valores de 1981, mesmo quando se limitam as contagens aos que trabalham nas próprias explorações, principalmente nos distritos do interior, sugerindo o desempenho paralelo mas a tempo parcial de diversas actividades remuneradas não primárias e não inseríveis na indústria, na construção civil, no comércio ou na hotelaria e similares, o que terá levado à multiplicação dos números⁽¹⁾, sem excluir a hipótese de inclusão, nesta rubrica, dos reformados e até dos beneficiários de pensões de invalidez.

(1) Por exemplo, comerciante, distribuidor de jornais, correspondente bancário, agente de seguros, intermediário de venda e aluguer de propriedades, vereador, responsável pela biblioteca local, gerente da sociedade recreativa e presidente do clube desportivo, etc.

Em termos teóricos, podemos admitir que para a pequena exploração familiar o trabalho e as receitas obtidas fora dela contribuem para prolongar a sua sobrevivência (a viabilidade económica não é decisiva, como o não fora antes, pelas especificidades dos objectivos da produção) e garantem-lhe longevidade. Para as explorações patronais, inclusive as capitalistas, aquela opção pode afectar a sua rendibilidade, por modificação da relação da oferta e da procura de força de trabalho, sazonal ou anual, com efeitos imediatos nas jornas, logo nos lucros, e consequentemente na oportunidade de investimentos de substituição (mecanização; herbicidas) e de aumento de produtividade (não acréscimo paralelo dos custos unitários de produção).

Inversamente, a abertura à pluriactividade, ou pelo menos ao emprego externo, noutros sectores de actividade, das famílias agrícolas garante a estas certa disponibilidade de força de trabalho e sobretudo mão-de-obra não especializada, pouco móvel, sem grandes exigências quanto a condições de trabalho e a salários e com alguma capacidade de aceitação de despedimentos de origem tecnológica ou económica, nomeadamente quando as suas explorações não são muito pequenas ou pelo menos permitem uma retirada autárquica: autoconsumo — e auto-aprovisionamento da exploração — complementar de receitas modestas, correspondentes a subsídios de desemprego ou a reformas precoces.

Importa por isso conhecer qual a amplitude da penetração dos diferentes mercados de trabalho pela população camponesa, pluriactiva ou não («hóspedes da exploração»), e quais as dimensões das suas explorações, tendo sempre em conta que à mesma dimensão física podem corresponder potencialidades naturais, sistemas de uso do solo e sistemas de produção muito diferentes e, assim, valores de produção bastante desiguais. Recorde-se que a pluriactividade tem vindo progressivamente a abranger explorações cada vez maiores, pela incapacidade destas responderem às crescentes necessidades das respectivas famílias, com a elevação geral do nível de vida, as novas aspirações de consumo de bens e serviços e a degradação dos termos de troca para muitos sistemas de produção, cada vez mais dependentes de factores externos e assegurando excedentes a comercializar mas sem ganhos consideráveis de produtividade; e também pelas novas oportunidades de emprego, geradas pelo surto industrial e urbano, e pela moderna legislação social e do trabalho (segurança, previdência, reformas, etc.), que motivam

incluivelmente as gerações agrícolas mais jovens das explorações médias, aliás com maior nível de instrução e até de formação profissional (idade; condição social). Paralelamente, como sucedeu em Portugal, as correntes emigratórias dos últimos decénios, de forte componente rural e camponesa, asseguraram a dispersão espacial de receitas externas, reforçando a generalização do plurirrendimento nos campos envelhecidos correspondente à das reformas dos rurais. Por outro lado, a expansão das indústrias de mulheres (exemplo: as confecções e a electrónica, tanto em áreas pouco desenvolvidas como nas de forte concentração industrial e de pleno emprego da mão-de-obra masculina), em países periféricos, favorece o prolongamento da exploração do trabalho semiproletário em condições lucrativas: mobilizações do «exército de reserva», para quem o salário é apenas uma achega (tida muitas vezes como secundária) nos orçamentos familiares camponeses ou dos operários-agricultores, tal como ainda sucede frequentemente com os salários femininos nos das famílias proletárias urbanas.

Ao longo desta análise procuraremos verificar em que medida tais tendências, mutações e processos ocorrem em Portugal e quais os seus principais significados.

2. PERMANÊNCIA E SIGNIFICADO DA PEQUENA E MUITO PEQUENA EXPLORAÇÃO

A difusão do progresso técnico agrícola faz-se muitas vezes de modo hierárquico, mesmo quando não envolve directamente economias de escala (inovações divisíveis ou de fácil utilização colectiva) e as deseconomias se manifestam prontamente (A. DE CARVALHO, 1982 e 1984). Daí resulta a crescente marginalização das explorações mais pequenas, que todavia não desaparecem necessariamente, mesmo se orientadas para o mercado: especialização em ramos intensivos em mão-de-obra, de origem familiar, não remunerada nem abrangida obrigatoriamente pelos encargos da previdência social; preocupação em assegurar a reprodução da família e da exploração, sem olhar à produtividade horária do trabalho nem aos lucros do capital (fundário e de exploração); redução da importância relativa das receitas da exploração em economias familiares com outros rendimentos, tanto nos sistemas capitalistas como nos socialistas, etc.

Assim, neste processo algumas pequenas unidades adaptam-se às novas condições de produção e de mercado — tendo em conta a não competitividade, em termos de custos unitários de produção (pela menor produtividade do trabalho e de outros factores), com as médias e grandes explorações para ramos vegetais e animais de mercados e preços garantidos e tecnicamente modernos, em especial quanto à mecanização de grande porte — através da especialização em ramos de trabalho intensivo e manual; outras porém sobrevivem por longo tempo como inviáveis, pela lógica particular da economia camponesa (J. TÉPICHT; A. CHAYANOV), reforçada tantas vezes pela ausência de outras oportunidades de emprego e de ganhos satisfatórios que não envolvam migração distante e abandono da habitação, do património, da família e do meio; outras ainda, inseridas em ambientes economicamente diversificados e dinâmicos, ou respondendo a apelos de meios deste tipo mas distantes (áreas metropolitanas do país ou do estrangeiro, por exemplo), reduzem a sua função de produção a níveis complementares ou suplementares, quer apenas através do autoconsumo quer também pela venda de excedentes.

A importância económica e social destas últimas inclui paralelamente a habitação, a valorização de forças de trabalho marginais (mulheres; filhos jovens; pais e sogros idosos) e dos tempos livres dos membros com outros empregos e ocupações, um mínimo de segurança em épocas de crise grave e de grande desemprego (património com valor de mercado; produção de alimentos básicos), tanto mais que estão em jogo unidades cada vez maiores, em termos de superfície e de volume de colheita.

Do ponto de vista dos outros sectores e ramos de actividade, pensa-se que as pequenas explorações contribuem para a criação e formação quase gratuitas da força de trabalho que neles ingressa, para a reprodução parcial de muitos dos que neles laboram e ainda para o abastecimento alimentar da população não cultivadora a preços que não remuneram devidamente o trabalho da família, o que não significa necessariamente preços baixos (níveis de produtividade, incluindo a do trabalho; custos da distribuição e custos do aprovisionamento em factores, desde a terra às sementes, ao herbicida e ao gásóleo): a alta dos preços de venda é aliás defendida em consonância com os próprios interesses das empresas agrícolas capitalistas, contra o capitalismo indus-

trial e urbano, que todavia domina o sector a montante e a jusante (mercados de produtos de concorrência imperfeita; fixação de preços dos factores de produção e dos serviços; crédito, etc.).

A reprodução simples das pequenas e muito pequenas explorações faz-se cada vez mais pela prestação remunerada, dependente ou independente, regular ou irregular, de trabalho pelos membros das respectivas famílias, segundo as oportunidades e a valorização relativa, na agricultura, na indústria, na construção civil e em actividades terciárias (comércio e serviços), e com secundarização crescente das receitas monetárias oriundas da exploração, pela elevação — no geral mais rápida — das remunerações externas e dos benefícios sociais, pela degradação relativa dos preços (ofertas excessivas; procuras pouco elásticas; preços políticos dos alimentos), pelo desprestígio do trabalho do campo, pela pulverização das heranças...

Tratar-se-á, segundo alguns autores, apenas duma fase do processo de penetração do capitalismo nos campos: o pequeno produtor será arruinado e cairá na semiproletarização e mais tarde na proletarização total. O pequeno camponês tomará cada vez mais o carácter de proletário, no dizer de K. KAUTSKY, que explicava a persistência das pequenas explorações pela sua utilidade aos interesses do capital dominante. De facto, embora transitoriamente, aquelas asseguram baixos custos do trabalho: indirectamente, através do fornecimento a preços moderados de bens alimentares (além de matérias-primas); directamente, pelo de abundante força de trabalho, menos exigente quanto a condições contratuais e menos móvel do que a de filiação proletária.

A história mostra, contudo, nos países capitalistas mais industrializados, não só a permanência mas o desenvolvimento da pequena e média exploração familiar, moderna, especializada, intensiva, altamente produtiva e permitindo a sua reprodução alargada, embora reduzida a dois activos (casal) e economicamente débil (número restrito de produtos; volume de investimentos e seus custos; dependências). E isto pelas vantagens da coexistência de formas de produção de natureza e racionalidades económicas diversas (objectivos e funcionamento diferentes) para o próprio capitalismo e para a cidade em geral (continuidade de certos ramos; produções volumosas e crescentes, sem ou quase sem lucro), pela especificidade do processo de trabalho em agricultura (condicionamentos meteorológicos; ritmos biológicos), pela barreira da pro-

priedade fundiária (a terra é factor pouco extensível, de oferta limitada e preço crescente com a raridade da mesma), e porque a produção é condição de sobrevivência dos muitos agregados familiares, independentemente dos preços, bastando-lhe o equivalente dum modesto salário. De facto, a *submissão formal* do trabalho ao capital não conduz necessariamente à *submissão real*, de relações de produção *especificamente* capitalistas (vejam-se os trabalhos de SERVOLIN, VERGOPOULOS e FAURE e, para o caso português nomeadamente os de M. VILLAVERDE CABRAL e J. REIS), do mesmo modo que nos países socialistas a submissão do sector primário e dos campos aos outros sectores e à cidade não conduzem obrigatoriamente a relações de produção socialistas, como o testemunham a permanência da agricultura familiar na Polónia e na Jugoslávia, embora cada vez mais integrada (círculos agrícolas; zadugas).

A estrutura agrária de Portugal continua a ser dominada ainda hoje como na 2.^a metade do século XIX, pelas pequenas explorações (C. A. MEDEIROS, 1982). Há pouco mais de cem anos, segundo G. PÉRY (1875), quando o país era profundamente agrícola, a propriedade rústica estava já bastante pulverizada, sobretudo nos distritos de Aveiro, Viana do Castelo, Coimbra, Braga, Viseu, Porto, Vila Real e Leiria, por ordem decrescente do número de prédios rústicos por hectare: a superfície média dos prédios descia a menos de 0,6 ha em Aveiro e Viana do Castelo, mas alcançava 15,2 ha em Évora (quadro I).

Admitindo que a avaliação dos prédios obedeceu a normas semelhantes, de norte a sul do país, podemos deduzir os contrastes das estruturas fundiárias regionais a partir das colectas (fig. 1): as bases das pirâmides são relativamente largas por todo o Noroeste até Coimbra, mas também nos distritos de Guarda e Faro; e os cimos são-nos de Portalegre, Évora e Beja, no de Bragança e ainda nos de Braga e Porto. Recorde-se que, poucos anos depois, BASÍLIO TELES (cit. por M. VILLAVERDE CABRAL, 1974, p. 347) interrogava-se sobre se, no concelho de Barcelos, «será legítimo qualificar de prédios rústicos as pequeníssimas parcelas do solo sobre que incidem colectas inferiores a 100 réis», e concluiu pela negativa: «essas parcelas não são prédios, são hortas ou quintalejos, que nenhum papel de importância representam na produção agrícola concelhia».

Desconhece-se para a época a estrutura das explorações, mas pensamos que ela não deveria afastar-se consideravelmente da fundiária,

QUADRO I

Distritos	N.º de prédios rústicos por ha (1868)	Sup. média dos prédios - ha (1868)	N.º de contri- buintes em % da pop. total
Aveiro	1,99	0,50	28,3
Beja	0,07	13,87	19,5
Braga	1,53	0,65	17,7
Bragança	0,57	1,73	22,5
Castelo Branco	0,35	2,90	22,1
Coimbra	1,62	0,61	28,4
Évora	0,07	15,15	14,5
Faro	0,34	2,92	23,8
Guarda	0,71	1,40	27,0
Leiria	1,10	0,91	27,0
Lisboa	0,27	3,66	13,9
Portalegre	0,10	10,08	17,1
Porto	1,11	0,89	14,7
Santarém	0,35	2,84	24,6
Viana do Castelo	1,68	0,58	24,5
Vila Real	1,15	0,86	23,8
Viseu	1,40	0,71	21,7
CONTINENTE	0,64	1,55	21,4

pela importância tradicional da conta própria. Esta não excluía, no entanto, formas de exploração indirectas, de renda fixa e variável, onde dominava o absentismo dos grandes proprietários, antigos ou de filiação urbana e mercantil — «territorialização» da burguesia — sobretudo onde uma relação homem/terra elevada aumentava o valor das rendas e reduzia as quotas dos parceiros-cultivadores. Referindo-se ao Minho, G. PÉRY fez notar que «domina nesta província a pequena cultura, não só em consequência da grande divisão da propriedade, como porque as grandes propriedades são arrendadas por pequenas parcelas» (cit. por M. VILLAVERDE CABRAL, 1974, p. 265); referindo-se à zona litoral do Algarve, o mesmo autor sublinha que «a propriedade está muito dividida, e as grandes propriedades que nela existem arrendam-se ordinariamente por pequenas parcelas» (idem, p. 276); inversamente, no Alentejo e nos distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco existia a grande propriedade e a grande cultura, que abrangia muitas vezes mais de um prédio rústico (idem, p. 285).

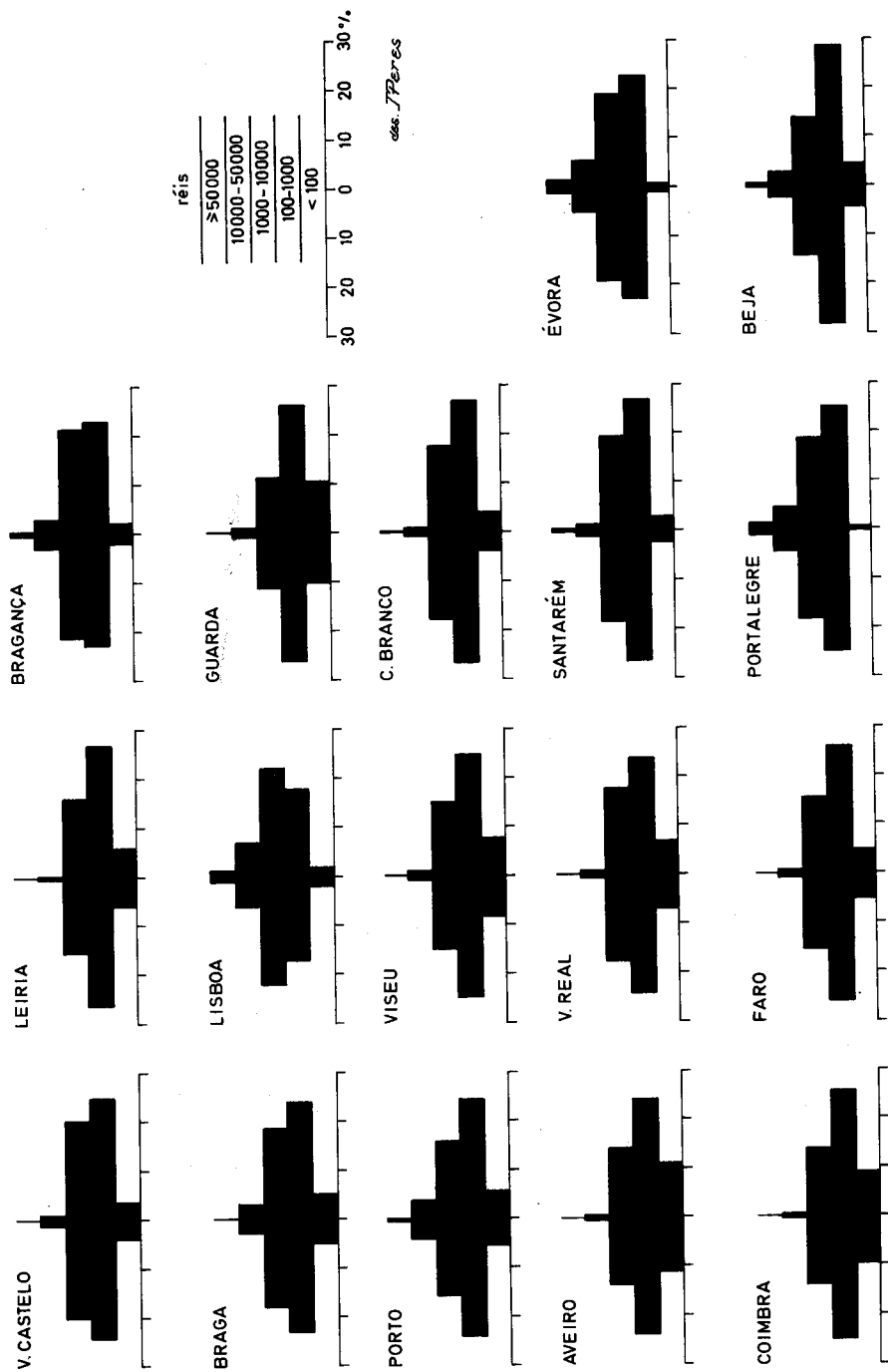


Fig. 1 — Estrutura fundiária de há cem anos: classes de colectas e distritos (%).

A partir dos meados do século actual dispomos de dados acerca das explorações, fornecidos pelos inquéritos gerais levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística. Retenha-se a informação mais recente, a do *Recenseamento Agrícola do Continente, de 1979*. Segundo este, o país continua a apresentar uma estrutura agrária largamente dominada pela pequena e muito pequena exploração. De facto, das unidades inquiridas, 17,4% dispõem de menos de 0,5 ha, 44,1% de menos de 1 ha, 76,1% de menos de 3 ha e 85,8% de menos de 5 ha (superfície agro-florestal). Mas as situações são bastante diferenciadas a nível distrital e concelhio: a «quintalização», se a considerarmos traduzida nas explorações inferiores a 0,5 ha, é particularmente acentuada nos distritos de Porto, Setúbal, Aveiro, Braga, Viana do Castelo e Leiria, em oposição aos de Bragança, Beja, Guarda e Viseu (fig. 2); alargando-a a 1 ha, destacam-se com mais de 50% os de Viana, Porto, Aveiro, Braga, Leiria e Coimbra, observando-se os valores mais baixos em Beja e Bragança; por sua vez, os minifúndios de menos de 3 ha pesam sobretudo nos de Viana do Castelo, Coimbra, Aveiro, Leiria, Porto, Viseu e Braga.

Em síntese, na fachada ocidental do Norte e do Centro do país, do Minho ao distrito de Leiria, dominam a pequena e a muito pequena exploração, mas a mancha parece prolongar-se para o interior, pelo menos pelo distrito de Viseu, e para o sul como no-lo indica a cartografia por concelhos das inferiores a 1 ha (fig. 3): tendem, com efeito, a

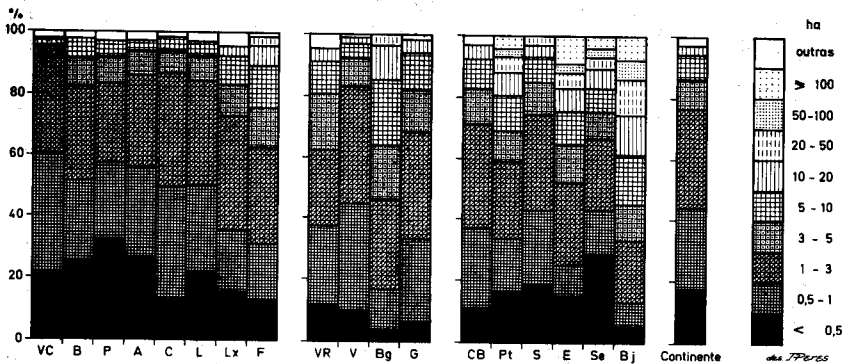


Fig. 2 — Estrutura agrária, em 1979: percentagem do número de explorações por classes de área agro-florestal e por distritos. VC — Viana do Castelo; B — Braga; P — Porto; A — Aveiro; C — Coimbra; L — Leiria; Lx — Lisboa; F — Faro; VR — Vila Real; V — Viseu; Bg — Bragança; G — Guarda; CB — Castelo Branco; Pt — Portalegre; S — Santarém; E — Évora; Se — Setúbal; Bj — Beja.

integrar-se naquela zona alguns da região sudoeste do distrito de Vila Real, a maior parte dos de Viseu, outros do da Guarda próximos daquele e do de Coimbra, os de Manteigas, Covilhã, Fundão e Belmonte, muitos da área de Alcanena a Abrantes, e da bacia do Tejo, desde Palmela a Ponte de Sor, além dos da região metropolitana de Lisboa. Sublinham claramente a área tradicional do minifúndio, mas também áreas industriais, de proletariado numeroso (Marinha Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Covilhã, Belmonte, Manteigas, etc.), e ainda as de colonização foreira e de intervenção actual de seareiros (sul do Ribatejo e Alentejo).

Se deixarmos de lado os microfúndios de menos de 1 ha, e identificarmos o peso das pequenas explorações, em termos de número e de área relativamente ao conjunto das superiores a 1 ha (fig. 4 e 5), verificamos que pelo número se define a mancha do Minho a Vila Real/ Sabrosa/Tabuaço/Celorico da Beira/Fundão/Tomar/Alcanena e Alcobaca, acompanhada por um anel quase contínuo de valores percentuais um pouco mais baixos (que se dilata na região metropolitana de Lisboa e também ocorre no Algarve e no interior daquela vasta área, na região metropolitana do Porto), mas que pela superfície a sua importância esbate-se bastante e perde alguma continuidade espacial.

É certo que a dimensão física das explorações é um indicador demasiado grosseiro, principalmente quando estão em causa problemas de desemprego oculto ou apenas sazonal e de insuficiência de rendimentos, em termos evolutivos e perspectivados, mas difícil de substituir pelo PAB (produto agrícola bruto) (F. CORDOVIL, 1979), pelo VA (valor acrescentado) e até simplesmente pela área cultivada, pelo número de árvores das plantações, pelo dos efectivos pecuários ou pelo dos trabalhadores permanentes; continuaremos a usá-la nas análises que se seguem.

3. O TRADICIONAL CARÁCTER «MORIGERADOR» DA MUITO PEQUENA EXPLORAÇÃO

Do atrás exposto também sobressai a persistente diversidade dimensional das explorações agrícolas a nível local e regional. Unidades de diferente dimensão justapõem-se, combinam-se e complementam-se, sobretudo à medida que se afirmam as produções para o mercado,

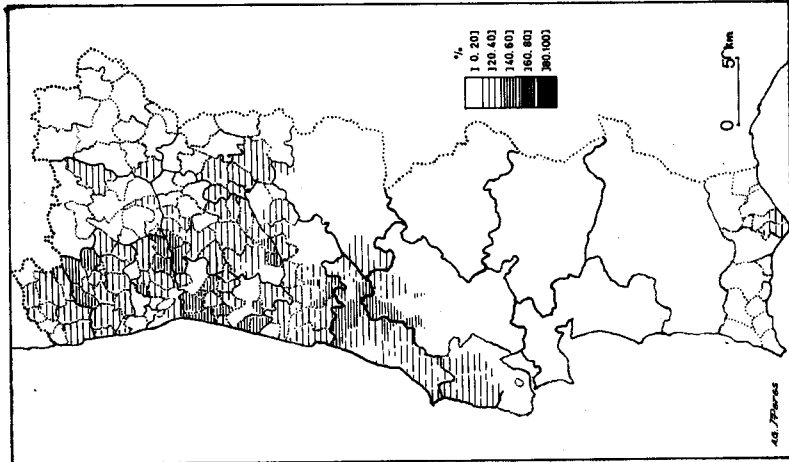


Fig. 5 — Explorações de 1 a 3 hectares: percentagem da área das explorações de mais de 1 hectare (1979).

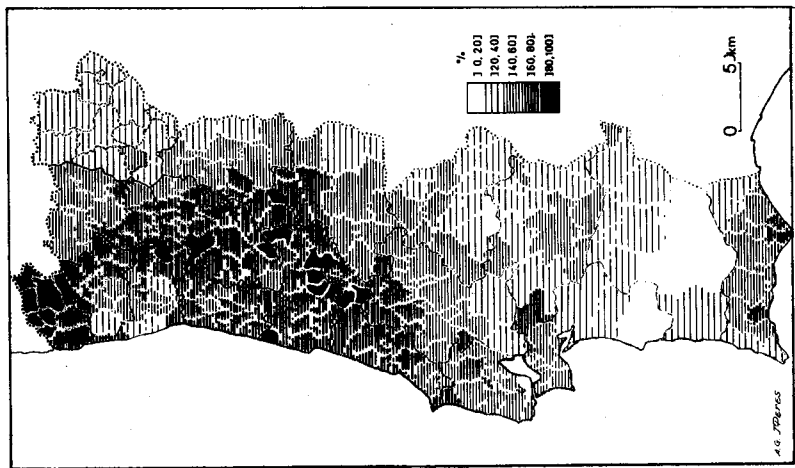


Fig. 4 — Explorações de 1 a 3 hectares: percentagem do número das de mais de 1 hectare (1979).

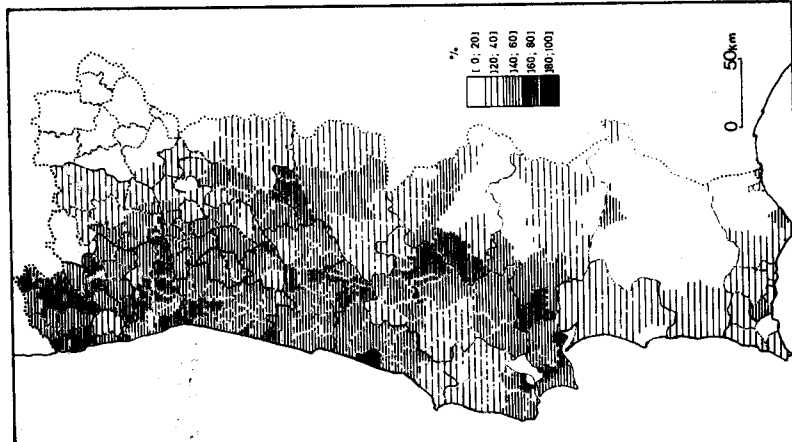


Fig. 3 — Explorações de menos de 1 hectare: percentagem do número (1979).

intensivas em trabalho, pelo menos sazonalmente e antes da difusão da mecanização: cereal, em especial trigo, azeite, vinho, fruta, etc. Na verdade, «a independência, a autonomia, a quase autarcia da pequena exploração familiar, são frequentemente um mito...; o preço dessa pseudo-independência reside, as mais das vezes, na venda parcial ou sazonal da força de trabalho de um ou mais membros da família» (M. VILLAVERDE CABRAL, 1974, p. 16), a favor sobretudo da pequena e média agricultura capitalista dependentes de força de trabalho não familiar, estável e de fácil recrutamento, mas também a favor da grande exploração, através de recrutamento local e regional e de recrutamento de ranchos migratórios de áreas distantes, de que se recordam os de caramelos, ratinhos e gaibéus.

A decomposição do pequeno campesinato, nomeadamente pela partilha igualitária das heranças e pulverização minifundiária, favorece o êxodo agrícola a favor dos centros urbanos, da indústria e das correntes emigratórias, mas favorece também a semiproletarização de muitas famílias camponesas que alimentam os mercados de trabalho agrícola e não agrícola e ajudam a conter as jornas e os salários: «massa de pseudo-proprietários que vivem essencialmente de receitas de trabalho por conta doutrem, no artesanato, na construção civil, no trabalho industrial a domicílio ou na fábrica», de que falava BASÍLIO TELES. Referindo-se ao concelho de Barcelos, este autor fez notar, no início deste século, que as parcelas muito pequenas eram apenas hortas ou quintalejos, sem importância na produção agrícola, mas de grande significado moral, como resposta à «paixão da terra», e criando nos seus donos a «ilusão de que também são proprietários»: no fundo, são um excelente processo de morigerar o jornaleiro, impedindo a formação de uma população solta dos campos, de um proletariado rural salariado, necessariamente inquietante para a média e grande propriedade» (cit. por M. VILLAVERDE CABRAL, 1974, p. 347).

Quanto às parcelas um pouco maiores, BASÍLIO TELES esclareceu que «a sua exploração anda quase sempre, senão sempre, associada a diversas outras formas de trabalho, particularmente pequeno comércio e pequena indústria (...) e que, além se serem um meio, admiravelmente eficaz, de disciplinar e trazer contentes classes subordinadas (...), constituem um recurso contra as crises ou pelo menos contra as deficiências de mercado e o aviltamento de preços, inseparáveis em regra da produ-

ção industrial», ou seja, como sublinha M. VILLAVERDE CABRAL (1974, p. 358), traduzem a «vantagem, do ponto de vista da paz social, em dispor de uma retaguarda para a qual poderão recuar os operários quando o capitalismo atravessa uma crise: as batatas do quintal».

Naquelas condições, de «associação quase constante da pequena indústria à lavoura», «o limite da redução de superfície para esses prédios irrisórios pode chegar ao infinitésimo, porque não depende duma determinada capacidade produtiva do terreno mas da importância da receita que a família retira do exercício da indústria associada» (B. TELES, *idem*, p. 351).

Verifica-se desde então que entre os camponeses pobres, cultivando pequenas explorações de conta própria e de renda e vendendo paralelamente uma parte da sua força de trabalho às explorações maiores, a reprodução desta era largamente assegurada pela pequena agricultura familiar, que proporcionava alimentação e por vezes também habitação e abastecimento de água, combustível, produtos têxteis, couros, madeira, etc. O mesmo sucedia entre os semiproletários das manufacturas e das fábricas dos ramos de desenvolvimento mais precoce e de estruturas pulverizadas e dispersas, como os têxteis e as conservas de peixe: os salários não agrícolas eram outrora tidos como simples achegas, sobretudo os das mulheres. M. VILLAVERDE CABRAL (1974) recorda inclusivamente que os patrões agrícolas e os patrões industriais fomentavam, em terra sua, o desenvolvimento de pequenas explorações familiares de autoconsumo, absorvendo o desemprego em épocas mortas e contrariando a mobilidade espacial da mão-de-obra: cultivos suplementando, em trabalho e produto, o emprego por conta doutrem e os modestos níveis das jornas do campo e dos salários não agrícolas.

Nesta preocupação se inserem as oposições à «pulverização» fundiária (que favorecendo o êxodo parecia pôr em risco aquela complementaridade), a defesa e a instituição do casal de família (1899), e as da enfiteuse, da partilha das terras comunais e da colonização interna do Sul: «com o pretexto de arrotear a grande área inculca alentejana, tratava-se antes de mais de fixar em roda das grandes propriedades uma massa de pequenos camponeses pobres disponíveis para as grandes faixas agrícolas sazonais» (M. VILLAVERDE CABRAL, 1974, p.55, referindo-se ao Projecto de Fomento Rural de OLIVEIRA MARTINS, de 1887). Receava-se, claramente, uma excessiva proletarização rural, de

controlo difícil, como se receava a proletarização industrial e urbana: «medo do operário», que levou à recusa do desenvolvimento industrial mais ou menos clara e mais ou menos conseqüente, até aos meados do século XX, em favor da permanência da posição destacada dos campos em termos económicos e sociais (vocaçao agrícola do país!).

Nos anos 20 e 30, especialmente no Sul, «o aforamento e o arrendamento constituíam cómoda fonte de receita, embora consentissem ao desbravador da terra apreciáveis compensações. Serviam também — e esta é a génese de muitos núcleos de povoamento — para fixar à terra, junto de grandes e médias explorações agrícolas incipientes e ávidas de mão-de-obra, os indispensáveis grupos de trabalhadores, em geral beirões, prontos, como complemento da actividade nas próprias empresas, a dar o seu concurso mediante salário módico», como informam M. DE AZEVEDO GOMES, H. DE BARROS e E. CASTRO CALDAS (cit. por M. VILLAVERDE CABRAL, 1974, p. 498).

O movimento de colonização interna espontâneo, que se seguiu à 1.^a Grande Guerra, correspondeu, com efeito, à iniciativa do patronato no sentido de contornar a alta dos salários, já que, «só quando os camponeses tirarem da sua terra o indispensável à subsistência, poderão trabalhar nas herdades alheias a salários baixos visto estes já não constituírem a única fonte dos seus rendimentos. Não são apenas os salários, que agora lhes asseguram a manutenção mas também as próprias colheitas», na opinião de A. PAULA COELHO (cit. por M. VILLAVERDE CABRAL, 1974, p. 525).

Os aumentos demográfico e da oferta de força de trabalho contrariaram a evolução ascendente dos salários, limitaram a contratação individual a poucas jornas por ano e acentuaram a procura de terras (acréscimos das rendas, das parcerias e do preço da terra). Os seus efeitos foram reforçados pela introdução de debulhadoras mecânicas e mais tarde pela mecanização geral da cerealicultura. Entretanto, perante o fracasso do incremento da pequena exploração em terras de sequeiro do Sul mediterrâneo, limitou-se o projecto de colonização às zonas de regadio, criadas a partir de obras de hidráulica agrícola. A sua concretização foi, porém, sistematicamente adiada (F. OLIVEIRA BAPTISTA, 1984): custos elevados; ausência de «fome de terra» entre os trabalhadores rurais do Sul, de há muito com comportamento operário; interesse do seu êxodo para as indústrias das regiões de Setúbal e Lisboa.

A agricultura, nomeadamente a pequena exploração familiar, continuou a funcionar «como fonte produtora e reprodutora de força de trabalho indispensável ao crescimento da indústria em Portugal, assim como tem ainda garantido a reabsorção de parte dos trabalhadores que esta torna excedentários nos períodos de recessão ou de readaptação» (A. DE BARROS, 1982, p. 3), sobretudo «quando a saída para os outros sectores não implicou abandono da actividade agrícola e/ou da família camponesa» (idem, p. 8): um número crescente de explorações tornaram-se complementares, enquanto a receita com origem na exploração passou de exclusiva ou principal a subsidiária ou secundária para a sobrevivência dos respectivos agregados familiares.

Uma primeira aproximação regionalizada do actual alcance moderador de conflitos sociais da pequena agricultura pode basear-se na importância relativa das receitas da exploração nas receitas totais dos agregados domésticos dos produtores (fig. 6): só nos concelhos mais setentrionais do Norte Interior, noutros da Beira Trasmontana e em alguns do Sul do Alentejo a receita da exploração é importante; a sua secundarização sublinha por sua vez largas extensões do Norte, a Estremadura, uma parte do Alto Alentejo, o Alentejo Litoral e vastas áreas do Algarve; situações mais subsidiárias observam-se numa extensa área do Noroeste, no vale do Douro, por toda a região Centro, da Marinha Grande à periferia setentrional da Cordilheira Central e à fronteira, prolongando-se pelo Ribatejo, Beira Baixa, Alto Alentejo e parte do Baixo Alentejo, em relação com as estruturas agrárias e familiares mas também com as formas de integração da pequena exploração no desenvolvimento industrial e urbano, nacional e europeu (recordemos que fundamentalmente pela força de trabalho: semiproletarização, êxodo e emigração). Mas o plurirrendimento não deriva somente da pluriactividade. Recordem-se: pensões de velhice e invalidez, reformas antecipadas, subsídios de desemprego... que alertam para a importância da pequena agricultura no colmatar das insuficiências da previdência social e da protecção laboral; subsídios diversos e juros de depósitos a prazo, correspondentes à poupança camponesa, à venda especulativa de algumas parcelas ou às remessas dos emigrantes.

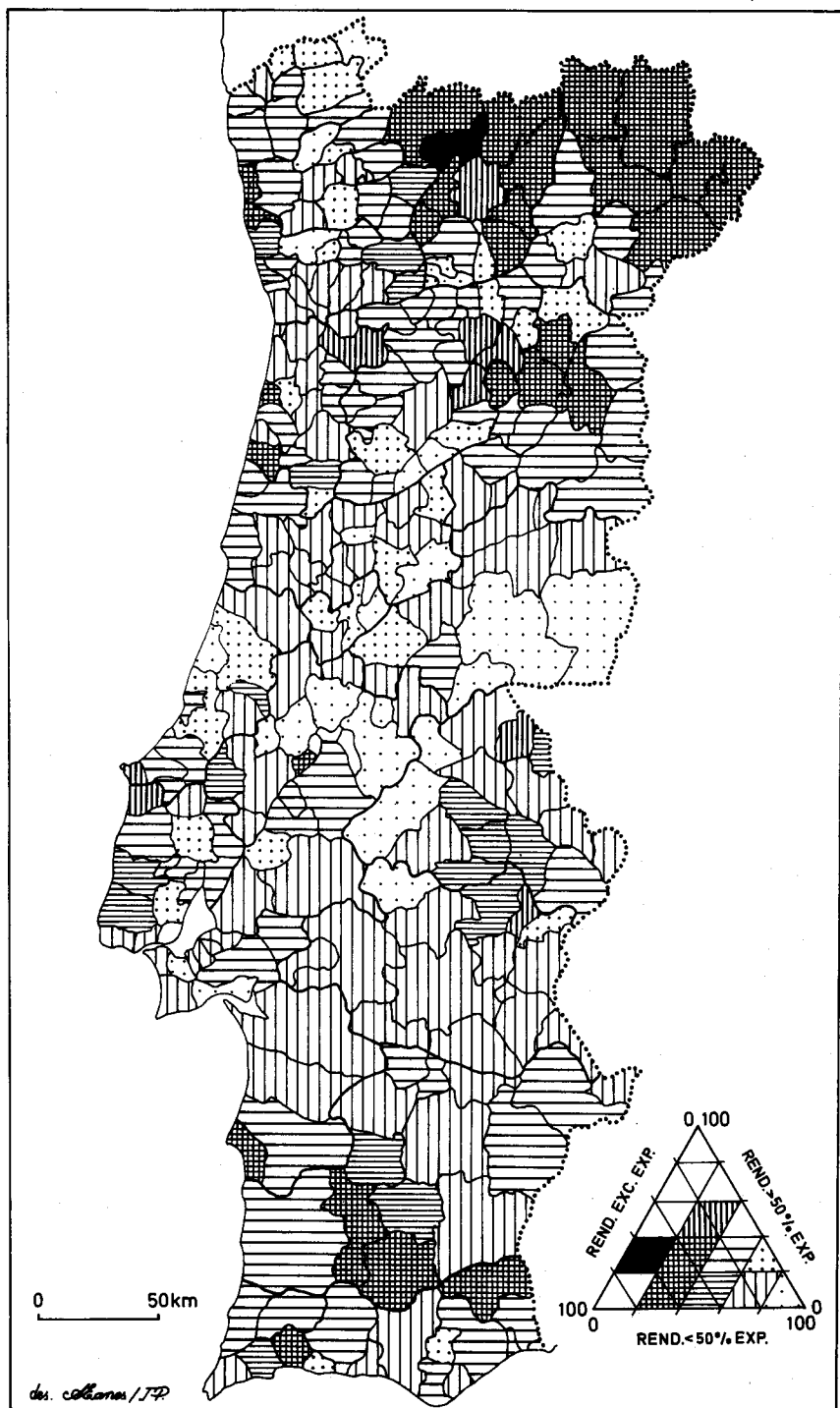


Fig. 6 — Exportações (%) segundo a proveniência das receitas dos respectivos agregados domésticos (1979).

4. *DIVERSIFICAÇÃO DAS ECONOMIAS REGIONAIS E NOVAS OPORTUNIDADES DE PLURIACTIVIDADE E DE PLURIRRENDIMENTO*

Nos meados do século Portugal era um país ainda bastante agrícola quanto ao emprego da sua população activa, mas já não quanto à importância económica da agricultura. Alguns ramos industriais eram todavia antigos: nos finais do século XIX e princípios deste relevam-se, além dos têxteis, particularmente do algodão, indústrias ligadas à construção civil (cerâmica, vidro e cimento) e à produção de bens de consumo (conservas de peixe, moagem, tabaco, refinação de açúcar, sabões, óleos e estearinas) e outras de substituição de importações para a agricultura (alfaias e adubos) ou de valorização de riquezas minerais e florestais (madeira, resina e cortiça). Com a 1.^a guerra mundial verificou-se o desenvolvimento de algumas indústrias da metalurgia ligeira. Depois seguiu-se a expansão da produção de electricidade e a das indústrias metalúrgicas, metalomecânicas e eléctricas, além dos adubos, do cimento, etc.

A inversão das posições da agricultura e da indústria foi progressivamente consolidada, e o papel do sector agrícola realçado no fornecimento de mão-de-obra industrial, com ou sem êxodo rural, no de bens alimentares a baixo custo para as populações urbanas sem ligação ao campo (base dos baixos salários e da competitividade das exportações), no de matérias-primas para indústrias de transformação e no de mercado, para os ramos produzindo factores de produção e «consumos intermédios», tanto mais que dominava a preocupação de «industrializar» a própria agricultura (crença na superioridade da grande exploração e no fim dos camponeses), traduzida nos modelos de exploração apoiados oficialmente (exceptuavam-se as produções de difícil mecanização e as bem controladas a jusante, como por exemplo a de tomate para a indústria, largamente atribuída a seareiros).

O desenvolvimento industrial relativamente concentrado no espaço, ou pelo menos bastante regionalizado, e a urbanização que, em grande parte, lhe está ligada, levaram à separação de muitos trabalhadores da indústria e do terciário das explorações das suas famílias, e do aprovisionamento alimentar que aquelas proporcionavam, não significativamente compensado com os envios ocasionais de algumas colheitas

(batata, fruta, vinho, azeite, etc.) e criações (frangos, coelhos e carne de porco, com suporte na banalização da arca congeladora), nem com a produção dos quintais das áreas periurbanas, e menos ainda com a da pequena horticultura transitória dos incultos das frentes urbanas (C. CAVACO, 1984). Nas áreas metropolitanas são, na verdade, pouco numerosos e quase se apagam em termos relativos os operários e empregados de filiação local e camponesa e inseridos nas economias agrícolas familiares. Assim sucede, com efeito, na região saloia (C. CAVACO, 1985 a), na margem sul do estuário do Tejo (C. CAVACO 1985 b) e mesmo na área de Aveiro/Porto/Braga, de estrutura industrial marcadamente dispersa quanto a unidades de produção, ramos, iniciativas e no espaço.

Ao êxodo rural dos potenciais operários sucedeu, contudo, nalguns casos, o êxodo urbano da fábrica, e com ele o de trabalhadores, que favoreceu a «quintalização» das áreas de acolhimento, a par do recrutamento de alguns membros das famílias agrícolas locais que tinham podido até então recusar o êxodo para a cidade e a emigração.

Podemos avaliar as diferentes oportunidades alternativas de emprego fora da exploração para todos os membros das famílias agrícolas a partir do significado relativo dos vários sectores de actividade em termos de população activa (1981). Os distritos agrupam-se em vários conjuntos (fig. 7): fortemente agrícolas (Bragança, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu), um pouco mais terciários (Beja, Évora e Portalegre), secundários e terciários (Castelo Branco, Coimbra, Faro, Leiria e Santarém), bastante industriais (Aveiro e Braga) e industriais mas sobretudo terciários (Porto, Setúbal e Lisboa).

Por concelhos, a população activa masculina que trabalha na indústria (fig. 8) afirma-se na fachada atlântica de Viana do Castelo a Coimbra, na área de Leiria/Marinha Grande/Caldas da Rainha/Porto de Mós e Alcanena até Torres Novas e Abrantes, na região metropolitana de Lisboa, na periferia de nordeste da Cordilheira Central (Covilhã/Manteigas/Gouveia) e em concelhos isolados, como Vila Velha de Ródão, Borba e Vila Viçosa, Aljustrel ou Santiago do Cacém. Na área de Barcelos a Águeda, junto da Serra da Estrela e em concelhos isolados, como Peniche, Alcanena, Castanheira de Pera, Lagoa e Vila Real de Santo António, são também importantes as taxas de emprego industrial das mulheres (fig. 9).

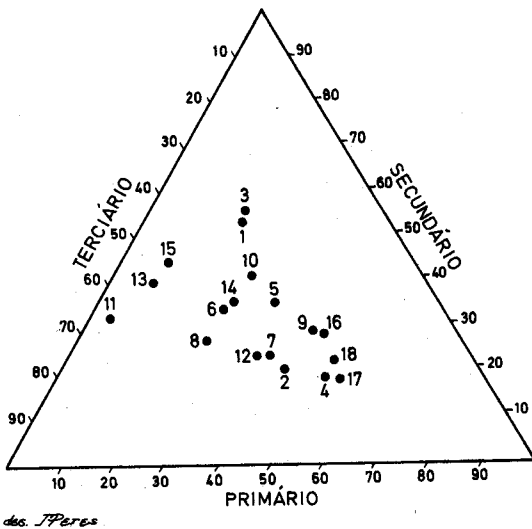


Fig. 7 — População residente activa civil a exercer uma profissão, segundo os sectores de actividade económica (1981), por distritos. (1) Aveiro; (2) Beja; (3) Braga; (4) Bragança; (5) Castelo Branco; (6) Coimbra; (7) Évora; (8) Faro; (9) Guarda; (10) Leiria; (11) Lisboa; (12) Portalegre; (13) Porto; (14) Santarém; (15) Setúbal; (16) Viana do Castelo; (17) Vila Real; (18) Viseu.

As percentagens concelhias de população laborando em actividades terciárias são menos diferenciadas. Entre a masculina (fig. 10) destacam-se as regiões de Lisboa e Coimbra, o litoral do Algarve e os concelhos que compreendem as capitais de distrito ou postos de fronteira de tráfego intenso: exemplificam os primeiros, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Bragança e Portalegre; e os segundos, Caminha, Chaves, Almeida e Elvas. Mas os trabalhos terciários são desempenhados fundamentalmente por mulheres, sobretudo na região de Lisboa, no Sul do Alentejo e no Algarve e em todos os concelhos que compreendem capitais de distrito: administração pública, ensino, comércio a retalho, hotelaria, etc. (fig. 11).

No emprego masculino, a construção civil é moderadamente significativa por todo o país (fig. 12), embora mais no Minho e menos no Alentejo, pela expansão urbana da região atlântica, pelo desenvolvimento do turismo no Algarve, pela construção de novas habitações por todo o Norte e Centro do país, mesmo em concelhos económica e demograficamente repulsivos, que sustentaram as correntes de emigrantes dos últimos decénios mas que apesar disso polarizam os investimentos das

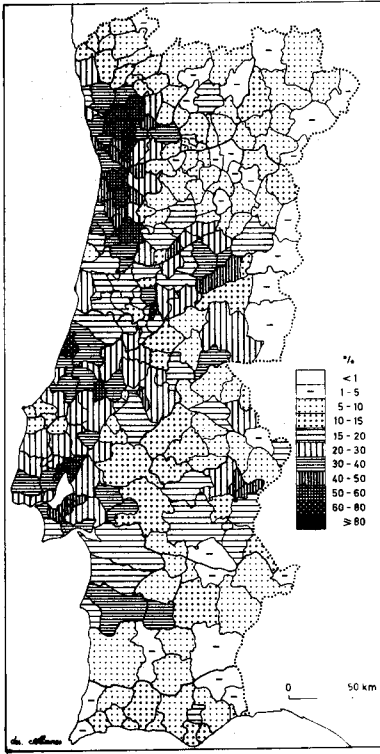


Fig. 8 — População residente masculina activa na indústria (%), em 1981.

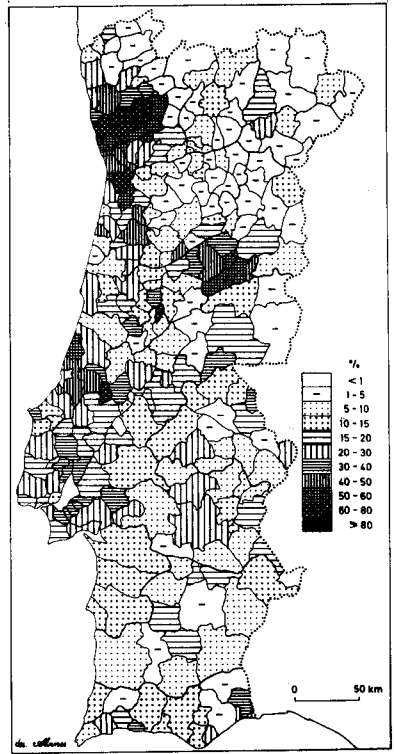


Fig. 9 — População residente feminina activa na indústria (%), em 1981.

suas poupanças, que são canalizadas fundamentalmente para a construção ou aquisição de novas habitações e a compra de terras, tendo em vista o retorno e a reinserção no meio de origem.

Esta faz-se no geral com melhoria do nível de vida, ascensão social, designadamente pela passagem de jornaleiro a pequeno proprietário fundiário e a agricultor de conta própria ou a pequeno empresário dos transportes, do comércio, da hotelaria, restauração e similares (investimento inicial modesto; prestígio local de tarefas limpas, de pouco esforço físico e exercidas com autonomia), mas também de actividades officinais e até da construção civil. Muitas destas actividades são encaradas como fontes de rendimento apenas complementares e exercidas a tempo parcial (embora não sejam pluriactivos), pela pequena dimensão das empresas e da clientela: de facto, «nas zonas rurais é difícil a um

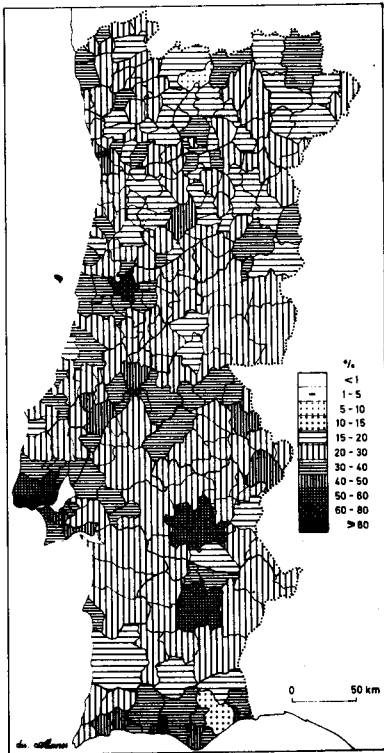


Fig. 10 — População residente masculina activa no terciário (%), em 1981.

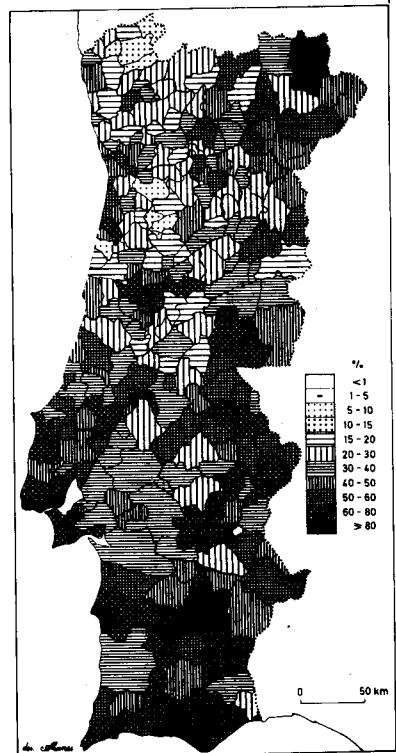


Fig. 11 — População residente feminina activa no terciário (%), em 1981.

reformado potencial (ou com idade para tal) deixar de exercer uma actividade nem que seja só para se *sentir activo* ou para se *entretêr*» (M. SILVA, 1984, p. 116).

As oportunidades locais de trabalho remunerado fora da exploração são mais gerais nos ramos terciários do que nos industriais e agrícolas, pela sua dispersão espacial e pela acentuada terciarização das estruturas activas: maior acessibilidade para as populações do interior, que reforça a motivação das novas gerações dos campos, onde contudo ainda domina o emprego agrícola (fig. 13), e onde, numa larga extensão, impera o trabalho por conta doutrem (fig. 14).

Aquelas oportunidades têm sido aproveitadas tanto pelos produtores individuais como pelos outros membros dos seus agregados familiares (fig. 15): o trabalho noutras explorações é particularmente

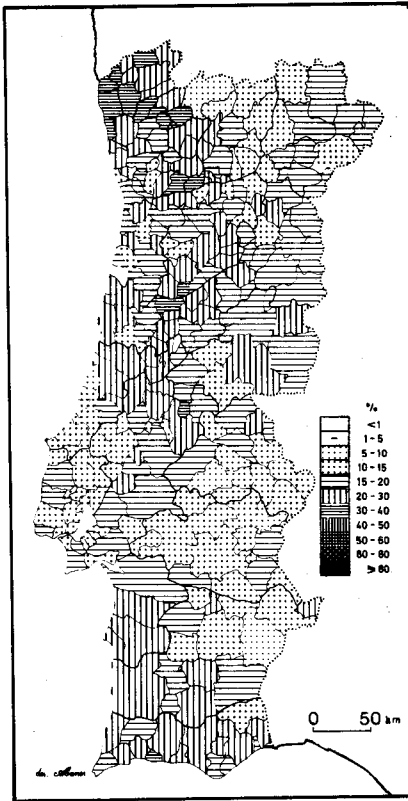


Fig. 12 — População residente masculina activa na construção civil e obras públicas (%), em 1981.

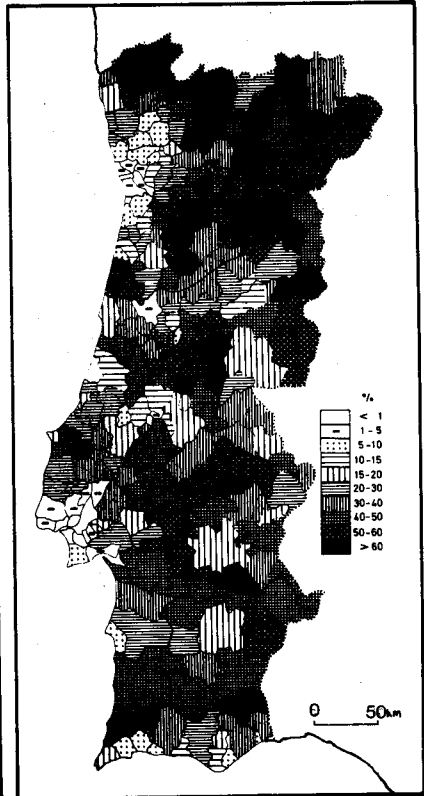


Fig. 13 — População residente activa na agricultura (%), em 1981.

significativo nos distritos com estruturas de forte componente empresarial (grandes explorações dedicadas a ramos pouco mecanizáveis, do tipo da vinha, do olival e dos pomares), como os de Vila Real, Bragança e Viseu, os de Santarém e Lisboa e ainda os do Alentejo, sobretudo Beja e Évora, mas também nos de explorações especializadas em culturas ricas e intensivas em mão-de-obra, como as das estufas (região de Lisboa; Algarve) e dum modo geral a horticultura, nos de vastas extensões florestais (Viana do Castelo, Viseu ou Leiria) e nos de origem de migrações periódicas de jornaleiros (Coimbra, Castelo Branco ou Beja); por sua vez, a indústria está bem representada entre a população agrícola dos distritos de Braga, Porto e Aveiro, mas medianamente nos de Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém e Setúbal, tal como nos da Guarda e Cas-

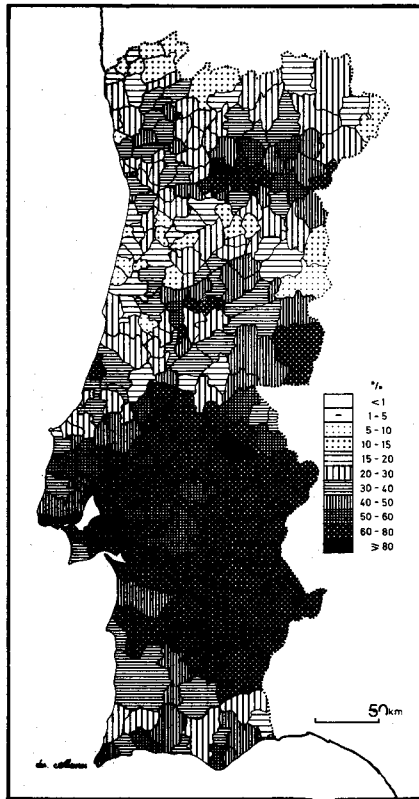


Fig. 14 — População activa agrícola trabalhando por conta doutrém, em percentagem da população activa agrícola (1981).

telo Branco (indústrias que recrutam mulheres sem qualificação profissional à partida, como no Noroeste: têxteis, confecções, eléctricas, etc.), e quase não figura nos de Trás-os-Montes e nos do Sul; o emprego na construção civil e obras públicas interessa de norte a sul a população camponesa, quer trabalhe na região ou migre para outras, do país e do estrangeiro; também o trabalho no comércio e na hotelaria apresenta alguma generalização espacial, embora menor nas áreas de população rural envelhecida e com economia de autoconsumo e nas urbanas, de crescimento autossustentado, e maior nas de forte expansão turística, como no distrito de Faro; as «outras actividades remuneradas» apresentam pequenas diferenças de importância relativa, pela generalidade geográfica de muitos ramos terciários (transportes, serviços de segurança,

QUADRO II

Explorações com menos de 5000 m² de superfície agro-florestal

Distritos	com culturas especializadas		sem culturas especializadas		(1) + (2)
	n.º	% (1)	n.º	% (2)	
Aveiro	10 576	16,1	7 028	10,7	26,8
Beja	466	2,5	521	2,8	5,3
Braga	10 926	19,8	3 277	5,9	25,7
Bragança	1 023	3,0	227	0,7	3,7
C. Branco	4 201	10,8	312	0,8	11,6
Coimbra	3 504	5,0	5 802	8,3	13,3
Évora	1 304	10,7	551	4,5	15,2
Faro	3 455	10,7	723	2,2	12,9
Guarda	2 024	5,3	523	1,4	6,7
Leiria	8 647	13,2	5 803	8,9	22,1
Lisboa	5 253	12,8	1 106	2,7	15,5
Portalegre	2 165	14,1	479	3,1	17,2
Porto	13 743	25,2	4 073	7,5	32,7
Santarém	9 695	14,7	2 549	3,9	18,6
Setúbal	3 989	24,4	816	5,0	29,4
Viana do Castelo	4 465	10,7	4 868	11,6	22,3
Vila Real	4 168	9,6	902	2,1	11,7
Viseu	4 850	6,5	2 471	3,3	9,8
CONTINENTE	94 453	12,0	42 031	5,4	17,4

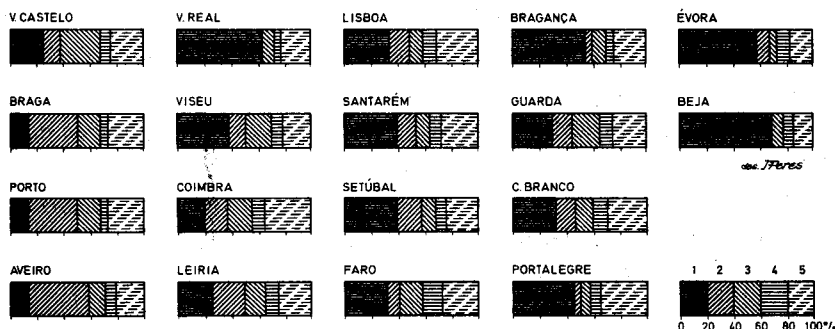


Fig. 15 — Atividades exercidas fora das explorações pelos membros dos agregados domésticos dos produtores individuais, com exclusão destes (1979). (1) agricultura, silvicultura e caça; (2) indústria, incluindo a extractiva; (3) construção civil e obras públicas; (4) comércio, hotelaria, etc.; (5) «outras actividades remuneradas».

saúde, ensino, administração e serviços pessoais — privados e sobretudo públicos e autárquicos), pela preferência que lhe é dada pela população feminina⁽²⁾ e por muitos empregadores (remunerações mais baixas; contratação não rígida) e por certo também pelo empolamento do cômputo, referido na Introdução.

Convém, no entanto, não esquecer que estes valores não dependem apenas das alternativas ao trabalho na exploração familiar (oferta de empregos), da necessidade de as aproveitar (insuficiência de emprego e sobretudo de receita da pequena exploração, pela dimensão e pelas potencialidades de produção), da elasticidade do seu tempo de trabalho e do prestígio entre os rurais dos ramos terciários (e, inversamente, quanto ao trabalho do campo), mas dependem também da dimensão dos agregados familiares, nitidamente menor nos distritos alentejanos (baixa natalidade; êxodo para a margem sul do Tejo e para o Algarve; famílias rurais muito mais proletárias que camponesas), e da sua composição por sexos e idades (rarefacção da mão-de-obra, envelhecimento demográfico geral nas repulsivas e sustentando correntes de êxodo precoces).

Retendo apenas os membros das famílias agrícolas pluriactivos (trabalhos na exploração familiar e fora dela), vejamos como estes se repartem pelas actividades externas (%), segundo a dimensão das explorações, o que expressámos na figura 16, que dispensa grandes comentários: diminuição dos valores percentuais das pequenas para as médias e grandes explorações, mais acentuada nas actividades primárias e secundárias e nos distritos do Noroeste, onde são raras as explorações vastas e por isso pouco significativas as percentagens correspondentes; destaque do sector agrícola nos distritos alentejanos e nos do Norte interior (vale do Douro) e do sector industrial nos de Porto e Aveiro; relevo da pluriactividade terciária entre as grandes explorações, mas também da primária (áreas de solos pobres e sistemas de uso extensivo; terciário superior e primário-terciário das elites fundiárias, que muito provavelmente se pode englobar na agricultura a tempo parcial dos ricos).

(2) Parte delas integra-se no sector informal da economia, pela liberdade na distribuição do tempo e conciliação mais fácil com as tarefas e responsabilidades domésticas (divisão muito desigual do trabalho doméstico no interior da família). Veja MANUELA SILVA, *O emprego das mulheres em Portugal. A «mão invisível» na discriminação sexual no emprego*, Ed. Afrontamento, Porto.

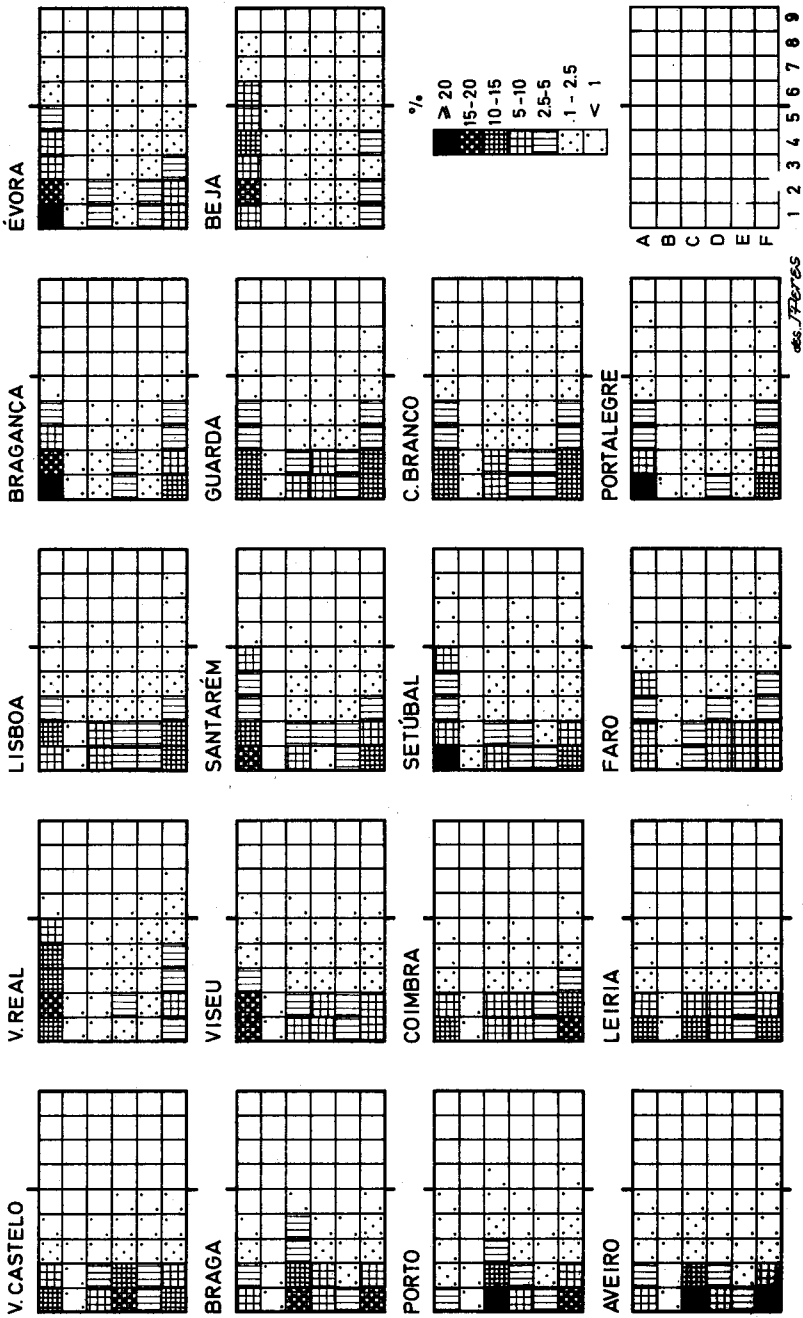


Fig. 16 — Dimensão das explorações e actividades exercidas fora delas pelos membros dos agregados domésticos dos produtores individuais, com exclusão destes (1979). (A) Agricultura, silvicultura e caça; (B) pesca; (C) indústria (inc. extr.); (D) construção civil e obras públicas; (E) comércio, hotelaria, etc.; (F) «outras actividades remuneradas». (1) < 1 ha; (2) 1-3 ha; (3) 3-5 ha; (4) 5-10 ha; (5) 10-20 ha; (6) 20-50 ha; (7) 50-100 ha; (8) 100-500 ha; (9) > 500 ha.

5. AMPLITUDE ACTUAL DA PENETRAÇÃO DOS DIFERENTES MERCADOS DE TRABALHO PELAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS

A avaliação do papel das explorações agrícolas a tempo parcial, quanto à moderação dos conflitos sociais, abrange aspectos comuns a toda a pequena exploração familiar: produções frequentemente vendidas a baixos preços em mercados concorrenciais e bem abastecidos, pela dispersão das ofertas e pelo individualismo dos produtores, com algum benefício para os consumidores; ausência de conflitos e de lutas de classe no interior do sector agrícola, já que são produtores autónomos, independentes, senhores dos meios de produção e do produto do seu trabalho, patrões de si próprios, sem horários de trabalho impostos por outrem, mas também não explorando o esforço de ninguém e conhecendo mal a sociedade englobante e a sua própria subordinação formal (através da esfera da circulação), o que não significa total ausência de oposição aos preços, às condições de crédito ou às taxas de juro. Mas abrange outros aspectos, mais específicos, em estreita relação com a função de fornecedora de força de trabalho residente na proximidade das unidades empregadoras e não desligada da habitação e da produção agrícolas, que lhes asseguram uma parte da satisfação das suas necessidades fundamentais (alimentação; abrigo) e reduzem a sua mobilidade espacial (êxodo agrícola parcial, sem êxodo rural nem abandono da terra de cultivo), quando não proporcionam também receitas monetárias, nomeadamente da venda de excedentes. Além disso possibilitam retiradas autárquicas para os desempregados e reformados urbanos (retorno à agricultura e à exploração) e certa absorção dos novos estratos de população «potencialmente activa» que os sectores secundário e terciário não comportam.

A amplitude destes papéis pode ser deduzida da presença dos membros dos agregados familiares dos produtores nos diferentes mercados e segmentos de mercado de trabalho, cuja ordem de grandeza avaliamos confrontando a informação do RAC de 1979 com a do *XII Recenseamento Geral da População* de 1981: dum lado, população dos agregados domésticos dos produtores que trabalha fora da exploração, nos vários conjuntos de actividades; do outro, população residente activa a exercer uma profissão, por ramos de actividade económica. Mas o facto de aqueles trabalharem fora da exploração da família não significa que

tenham e assumam uma outra profissão, mesmo se para tal não é necessário dedicação a tempo completo e muito menos exclusividade (critérios de contagem; conceito de profissão) (quadro III).

A penetração nos mercados de trabalho (fig. 17) apenas é muito elevada na da agricultura e silvicultura (cerca de 2/3), sobretudo nos distritos de Bragança, Castelo Branco, Leiria, Coimbra, Guarda e Viseu, que também registam forte representação de pluriactivos dentro do ramo (trabalho na sua exploração familiar e noutras explorações). Inversamente, pela menor intensidade de penetração neste mercado, destacam-se os distritos de Évora e Porto, seguidos de longe por Portalegre, Braga, Beja e Setúbal, ou seja, distritos do Noroeste e do Sul, bastante contrastados nas suas estruturas fundiárias e empresariais. No entanto, nos de Braga e Porto as taxas de masculinidade dos trabalhadores agrícolas por conta doutrém são de 51,5% e 54,9% respectivamente, enquanto no de Évora se elevam a 67,3%, no de Portalegre a 79%, no de Beja a 84,4% e no de Setúbal a 60,5%, sugerindo não apenas as diferenças regionais dos sistemas de uso do solo mas também as dos aparelhos produtivos: unidades dimensionais pequenas e médias ou com ramos intensivos em trabalho humano permanente (pecuária), sazonal ou ocasional (horticultura, pomar e vinha); unidades grandes e muito grandes empregando trabalhadores permanentes e recorrendo a eventuais para tarefas não mecanizadas, como a apanha da azeitona ou a tiragem da cortiça, para além do recrutamento necessário às novas extensões de vinha, de pomar, de tomate industrial, etc. Sugerem ainda, paralelamente, alguma semelhança das estruturas sociais, com número elevado de trabalhadores agrícolas quase sem terra nem explorações de renda laborando em empresas mais ou menos vincadamente patronais (nomeadamente na área de doações), naturais da região, em concorrência com migrantes doutras áreas mais desfavorecidas, que substituem no Noroeste os autóctones de filiação agrícola precocemente desviados pelos outros sectores de actividade ou pela emigração.

Quando analisamos a penetração no sector piscatório e atendemos à distribuição espacial do emprego (Faro 25%; Porto 19,6%; Setúbal 15,8%; Leiria 10,7%; Aveiro 9,5%; Lisboa 6,7%; Coimbra 5,6%; Viana do Castelo 4,7%), conclui-se que grande número de pescadores vivem desligados da agricultura e poucos cultivam terras. As percentagens são contudo muito mais elevadas nos distritos de Leiria, Aveiro, Lisboa,

QUADRO III

Penetração da população agrícola (famílias dos prod. individuais) no emprego fora da exploração, por distritos (1979 e 1981) (%)

DISTRITOS	Agríc., silv. e caça (trab. conta doutrem)		Pescas		Indústria (inc. ext.)		Const. civil e ob. públicas		Comércio hotelaria etc.		Outras activ. remuneradas	
	M.F. agric.	Plur. agric.	M.F. agric.	Plur. agric.	M.F. agric.	Plur. agric.	M.F. agric.	Plur. agric.	M.F. agric.	Plur. agric.	M.F. agric.	Plur. agric.
Aveiro	83,7	63,7	30,1	24,8	28,9	22,5	37,8	26,5	27,6	20,0	47,8	31,0
Beja	43,8	40,0	41,5	32,3	11,8	8,7	24,7	19,8	24,4	16,2	29,9	19,7
Braga	39,8	35,6	99,1	84,5	16,4	12,4	28,6	20,8	21,1	15,3	48,3	33,7
Bragança	116,7	110,7	?	?	29,6	20,3	36,2	28,3	43,8	30,1	74,5	48,5
C. Branco	113,3	104,0	?	?	26,2	20,8	48,1	40,6	39,5	29,4	55,0	41,3
Coimbra	92,4	89,0	49,2	28,0	23,8	18,5	47,8	36,1	35,7	25,3	52,8	37,6
Évora	27,8	23,8	?	?	10,9	8,8	12,3	11,0	16,7	11,9	14,4	9,1
Faro	74,1	71,0	6,1	5,6	13,9	10,3	24,0	19,9	13,9	9,6	25,3	18,2
Guarda	92,2	89,9	?	?	32,2	25,9	60,4	51,9	57,7	44,6	76,1	55,5
Leiria	99,5	96,6	17,6	14,9	21,7	13,4	51,1	37,9	34,3	24,3	65,1	44,7
Lisboa	58,8	56,1	25,1	17,5	3,1	2,4	5,5	4,5	2,8	1,9	3,7	2,7
Portalegre	39,3	36,8	55,6	33,3	16,3	13,6	23,4	20,6	18,2	13,6	40,5	31,1
Porto	28,0	23,7	4,4	3,3	9,6	6,1	14,2	7,8	7,1	3,4	12,1	6,7
Santarém	68,3	68,2	?	?	29,1	22,9	44,3	34,1	32,4	24,1	58,2	43,3
Setúbal	46,1	43,1	7,1	6,3	4,0	3,2	7,3	6,1	4,3	3,1	5,5	4,1
Viana do Castelo	70,4	68,6	33,2	21,9	31,1	22,0	56,6	39,9	35,1	23,9	62,3	40,0
Vila Real	76,7	73,4	?	?	29,2	23,2	37,9	30,5	39,3	27,8	87,8	57,3
Viseu	91,0	87,0	?	?	46,6	40,1	54,1	45,7	45,2	34,5	76,2	52,7
CONTINENTE	67,1	64,3	17,6*	13,7*	14,4	10,7	27,2	20,5	13,5	10,0	29,9	20,7

(?) Valores muito superiores a 100%. * Valores por excesso (membros de famílias agrícolas trabalhando na pesca de rio e barragem como ocupação secundária).

M.F. agric. — membros das famílias dos produtores agrícolas. Pluriactivos agric. — idem, que trabalham na exploração e fora dela.

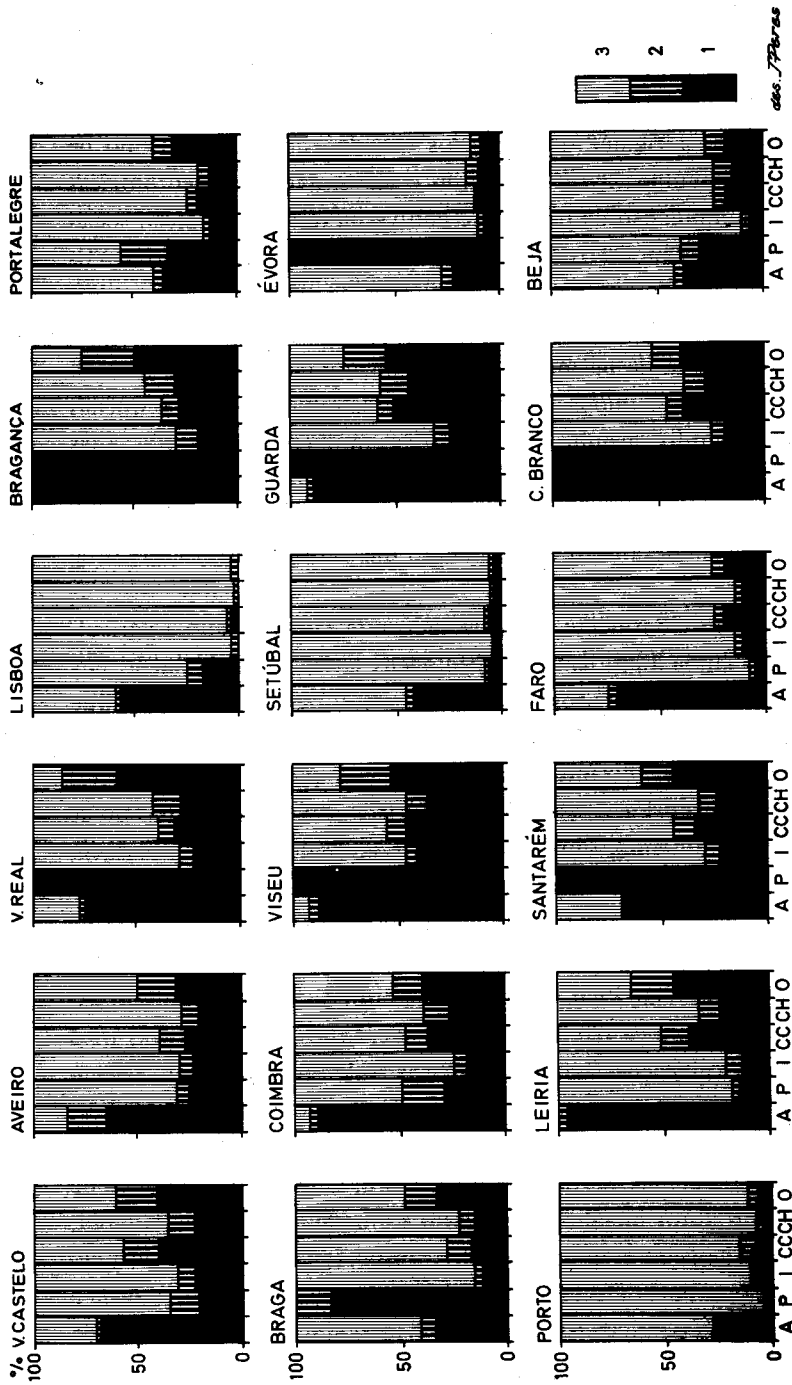


Fig. 17 — Penetração (%) dos mercados de trabalho pelos produtores individuais (1), pelos outros membros dos seus agregados domésticos (2) e por outros trabalhadores (3). A — agricultura, silvicultura e caça; P — indústria (inc. extractiva); CC — construção civil e obras públicas; CH — comércio, hotelaria, etc.; O — «outras actividades remuneradas» (população dos agregados domésticos dos produtores em 1979 e população residente activa nos vários ramos, em 1981).

Coimbra e Viana do Castelo do que nos de Faro, Porto e Setúbal, sendo difícil a esta escala opor os pescadores da pesca industrial aos da pesca artesanal: a rigidez dos horários e a dependência do ritmo de trabalho e dos tempos livres das marés e das situações meteorológicas contraria a combinação da pesca e do cultivo da terra; a condição social tradicional do pescador e os riscos do seu modo de vida não motivam os jovens de origem camponesa; muitas colónias de pescadores surgiram e cresceram em recantos do litoral contornados pelo interior por terra agrícola apropriada de há muito, intensivamente cultivada e disputada ao longo de séculos, impossibilitando o desenvolvimento de pequenas explorações de autoconsumo ao cuidado das mulheres e dos filhos; aliás aquelas tinham pouco tempo livre quando se encarregavam do conserto das redes, da preparação dos aparelhos e da comercialização do pescado ou quando responderam ao recrutamento das fábricas de conservas de peixe.

Ao nível do Continente, o operariado está pouco ligado à agricultura e menos ainda a prática: as percentagens são na verdade particularmente baixas nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto — que concentram 53,9% dos trabalhadores da indústria, incluindo a extractiva, e os melhor organizados em sindicatos — a que se seguem distritos como Évora, Beja e Faro, quase sem indústria; são porém médias no de Braga e sobretudo em Aveiro, que reúnem 22,2% de todo o operariado, e nos de Coimbra, Leiria e Santarém, que concentram 13,3%. Os operários-agricultores têm no entanto forte significado no distrito de Viseu (cerca de 6500, num total de 16 mil operários), seguido de longe pelos de Guarda, Vila Real, Santarém, Aveiro, Viana do Castelo, Castelo Branco e Bragança (20-26%). Se considerarmos o total de operários inseridos em explorações agrícolas, quer as trabalhem quer não, releva-se a sua presença nos de Viseu, Guarda, Viana do Castelo, Bragança, Santarém, Aveiro e Castelo Branco. Sabemos, por outro lado, que no de Viseu dominam as indústrias de madeira, mobiliário, material de transporte, produtos metálicos, vestuário e alimentação; no da Guarda, as têxteis, de madeira e de material de transporte; no de Viana do Castelo, as têxteis, de confecções, madeira e papel, construção naval, e ainda as extractivas; no de Santarém observa-se uma grande diversidade de ramos, desde as metalomecânicas, incluindo material de transporte,

às têxteis, do couro, madeira, mobiliário, papel, produtos alimentares, etc.

Desta observação parece de inferir que, a nível regional e local e para certos sectores, estruturas empresariais e processos de fabrico, é importante o recrutamento de trabalhadores de origem agrícola, pluriactivos na agricultura ou «hóspedes» das explorações, com efeitos prováveis no comportamento dos mesmos: disciplina, responsabilidade profissional, conformismo de classe, pouca assiduidade (prioridade no trabalho da exploração, nos momentos cruciais), indisponibilidade ou não para o trabalho por turnos (residem longe e falta-lhes tempo para migrações pendulares de fim de tarde); baixa produtividade, pela medíocre formação profissional e escolar, por certo desinteresse por tarefas rotineiras, pelo cansaço físico... mas também menor dependência, menor subserviência e certa exigência de pagamentos que compensem o afastamento da exploração, a dupla actividade e a anulação do ócio e do repouso.

Os trabalhadores da construção civil e obras públicas são frequentemente recrutados entre os agregados dos produtores agrícolas individuais e muitos são pluriactivos agrícolas: as percentagens são altas nos distritos de Guarda, Viseu, Viana do Castelo, Leiria, Castelo Branco, Coimbra e Santarém; e baixas nos de Lisboa, Setúbal, Porto e Évora (recorde-se que Lisboa, Setúbal e Porto concentram 173.562 trabalhadores do ramo, ou seja 41,8% do total), para onde muitos deles migraram a partir de províncias económica e socialmente repulsivas, onde a construção civil sobrevive com o recrutamento ocasional e não declarado de trabalhadores inseridos na agricultura, mobilizados e pagos segundo a relação oferta—procura.

Duma maneira geral também se não pode atribuir à agricultura qualquer papel moderador global nos conflitos de classe dos ramos comércio, hotelaria, restauração e similares, pela pequena penetração global da população agrícola familiar nestes mercados de emprego, sem peso numérico para intervir na negociação dos contratos colectivos de trabalho, nomeadamente nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, que reúnem 60% dos trabalhadores do ramo, e ainda no de Faro (26 mil — 5,5%). Pelo contrário, as percentagens de pluriactivos agrícolas são elevadas nos de Guarda, Viseu, Bragança, Castelo Branco e Vila Real, que em conjunto empregam apenas 37 mil trabalhadores (7,6%). São-no

igualmente as de trabalhadores membros de famílias agrícolas labo-
rando ou não paralelamente na exploração, em particular nos distritos
de Guarda, Viseu e Bragança (mais de 40%). Isto sugere, por um lado, o
desenvolvimento de actividades comerciais sustentadas pelo cultivo das
suas explorações e prolongando-as para montante e jusante (venda de
bens de consumo intermédios e de equipamentos; escoamento das
colheitas), associadas às que respondem à procura local, recentemente
diversificada (padrões mais urbanos) e avolumada pelo poder de com-
pra das famílias residentes, fortemente dilatado pelas remessas dos emi-
grantes; e por outro, a sobrevivência de estabelecimentos pouco
lucrativos, de estrutura familiar e lógica de funcionamento escapando
aos ditames de qualquer cálculo económico (despesas reduzidas; traba-
lho não pago; ocupação de parcelas do tempo dos vários membros da
família doutra forma não aproveitadas produtivamente; prestígio social;
contactos e convívio, etc.).

Nas restantes actividades terciárias o recrutamento agrícola dos tra-
balhadores é mais forte, da ordem do verificado na construção civil e
obras públicas, e igualmente muito desigual: os pluriactivos agrícolas
quase se apagam nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, que concen-
tram 77,4% do emprego destes ramos, mas elevam-se a mais de 50% nos
de Vila Real, Guarda e Viseu e ultrapassam ainda 40% nos de Bra-
gança, Leiria, Santarém, Castelo Branco e Viana do Castelo, distritos
que em conjunto apenas asseguram 20,4% do emprego. Como já referi-
mos, pensamos que estes valores foram empolados, pela contagem das
múltiplas actividades a tempo parcial dos membros das famílias agríco-
las, que concentrariam mais de 75% do emprego nos serviços dos distri-
tos de Vila Real, Viseu, Guarda e Bragança.

Estas dúvidas acerca dos valores dos cálculos podem ser de certo
modo esclarecidas através de análise idêntica à escala dos concelhos, a
que procederemos em seguida. Antes, porém, assinala-se que em muitos
distritos, e à semelhança do que ocorre com o comércio e a hotelaria,
certos serviços privados não têm qualquer viabilidade económica e a sua
sobrevivência depende da baixa exigência quanto a remuneração e
lucros dos respectivos empresários, do não pagamento das suas ajudas
familiares e ainda dos baixos salários dos ajudantes contratados a prazo
ou «clandestinos». São compensados pelas receitas das explorações (que
muitos também trabalham) e sobretudo pelo autoconsumo alimentar,

pelo alojamento e pelas próprias instalações (cabeleireiros, modista, oficina de reparações, etc.): combinação de actividades a tempo parcial gerando receitas complementares e assegurando maior nível de ocupação ao conjunto dos membros potencialmente activos das famílias, e até aos seus elementos marginais, pela idade ou por outros motivos.

A nível concelhio, e sempre em termos meramente exploratórios, verificamos que a penetração dos mercados de emprego industrial por membros dos agregados domésticos dos produtores individuais (fig. 18, I), alcança valores particularmente altos na zona Centro do país, de Peniche ao vale do Douro, e localmente atinge e ultrapassa 100%, como na periferia setentrional da Cordilheira Central, designadamente nos concelhos de Tábua, Arganil e Poiares, e na periferia de Sudoeste e Sul, com destaque para os de Pedrógão, Sertã, Ferreira do Zêzere, Vila de Rei e Proença-a-Nova, de pequenas unidades empregando operários-agricultores (têxteis, confecções, cerâmica, madeira, mobiliário e papel). Valores altos aparecem ainda em pequenos concelhos isolados, sem indústrias e quase sem operários, como Alfândega da Fé e Barrancos (133), de que se aproximam outros com estrutura secundária e económica semelhante (Sabrosa, Sabugal, São João da Pesqueira, Freixo de Espada à Cinta, Penamacor, Idanha, Alcoutim, etc.): pequenas oficinas familiares de cultivadores a tempo parcial, ajudados por aprendizes de filiação camponesa e respondendo a uma procura essencialmente local.

No que respeita à construção civil (fig. 18, II), a penetração é mais intensa, mais contínua, e marca inclusivamente o sul do Alentejo, no prolongamento das atracções do complexo de Sines e do desenvolvimento do sector no litoral do Algarve, e todo o distrito de Viana do Castelo: mercado local, como no Nordeste e nas Beiras, e mercado da região metropolitana do Porto, onde, à semelhança da região metropolitana de Lisboa e dos concelhos de Coimbra, Setúbal, Évora e Beja, a penetração se apaga. Trata-se de grandes mercados de emprego sustentados essencialmente por afluxos de trabalhadores migrando de longe — distritos repulsivos do interior e do Sul; Cabo Verde — definitiva ou periodicamente, desligados da posse da terra próxima e sem acesso ao seu cultivo. Mais do que entre os operários, os valores percentuais demasiado altos, como os de Paredes de Coura, Poiares, Sabugal ou Alcoutim, sugerem trabalhadores activos em concelhos onde não resi-

dem: os casos de Odemira, Aljezur, Monchique, Almodôvar e Alcoutim são aliás conhecidos (C. CAVACO, 1980).

O comércio e a hotelaria, restauração e similares (fig. 18, III) do Norte e Centro do país e do Algarve recrutam os seus activos entre a população dos campos: nuns casos a actividade comercial mantém carácter secundário, abastecendo e prolongando a agro-pecuária e a florestal (venda de adubos, rações e alfaias; negócio de gado e de madeiras; escoamento doutras colheitas, como cereais, batata, fruta ou vinho); noutros corresponde a profissões totalmente assumidas, como entre os feirantes e os comerciantes estabelecidos nas principais aldeias e vilas. Os primeiros são muitas vezes duplos ou pluriactivos, isto é, combinam a agricultura com o comércio e com outras actividades, em que foram contados pelo RAC, pelo que as percentagens ultrapassam 100% em muitos concelhos, pouco povoados e pobres e sem colónias especializadas no comércio móvel: clientela pouco numerosa, com pouco para vender e fraco poder aquisitivo, quer de meios de produção quer de bens de consumo. Devemos incluir neste grupo muitos concelhos de fronteira, como Montalegre, Vimioso, Sabugal e Mourão, embora as suas actividades comerciais possam estar marcadamente dilatadas pelo contrabando. A hotelaria, e sobretudo a restauração e similares, das áreas interiores, depende do tráfego geral que as atravessa, do movimento atraído regular ou periodicamente pelos seus centros (funções urbanas; feiras e mercados), incluindo o de turistas (termas; parques nacionais e reservas naturais; áreas de caça), sem excluir a migração dos profissionais a tempo parcial, porque sazonal, para outros concelhos turísticos, como nos casos de Paredes de Coura, Terras de Bouro, Bombarral ou Alcoutim.

Os mercados de trabalho correspondentes às «outras actividades remuneradas», que são essencialmente terciárias, aparecem-nos fortemente penetrados pelas famílias dos produtores individuais (fig. 18, IV), embora naturalmente menos nas áreas mais urbanizadas (regiões de Lisboa e Porto; concelhos compreendendo as sedes dos distritos) e em concelhos fortemente industrializados, como Gouveia, Seia, Manteigas e Covilhã ou Marinha Grande e Cartaxo. Os valores percentuais particularmente elevados sugerem a crescente terciarização da sociedade (nova procura de serviços), a proliferação da oferta privada, a multiplicação dos serviços públicos e a das funções autárquicas, que avolumam o

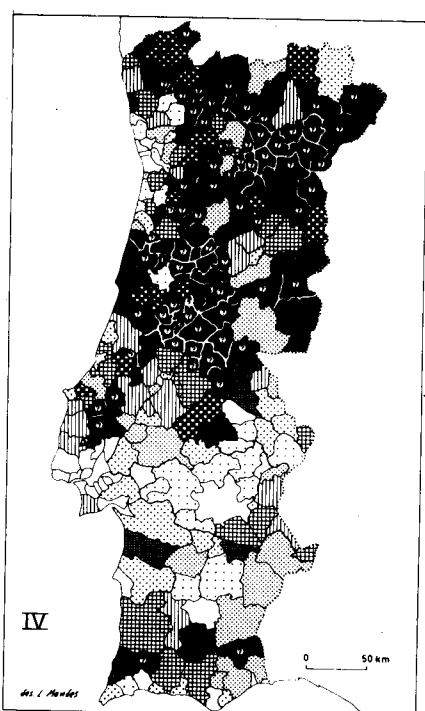
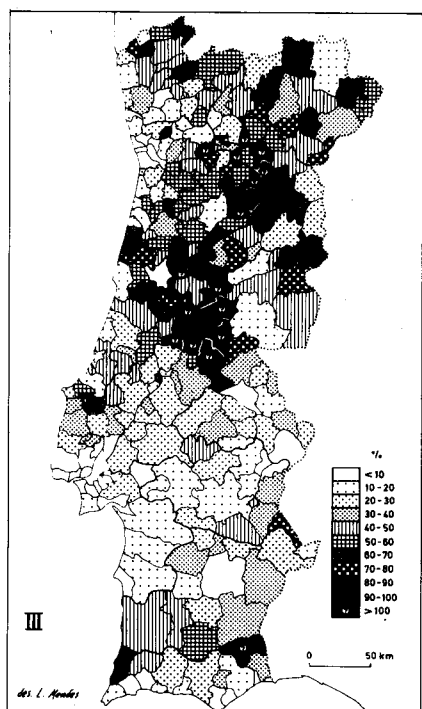
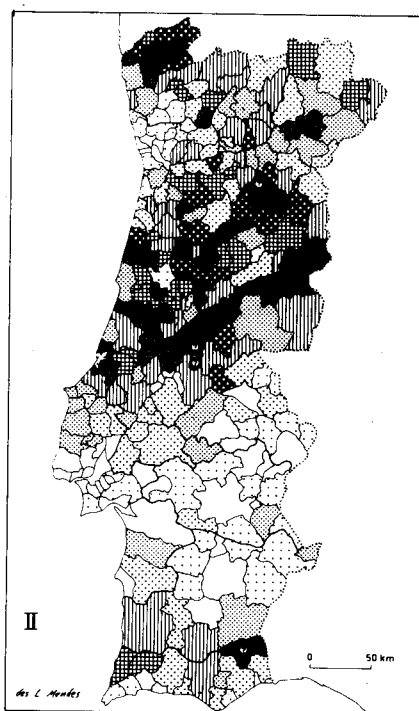
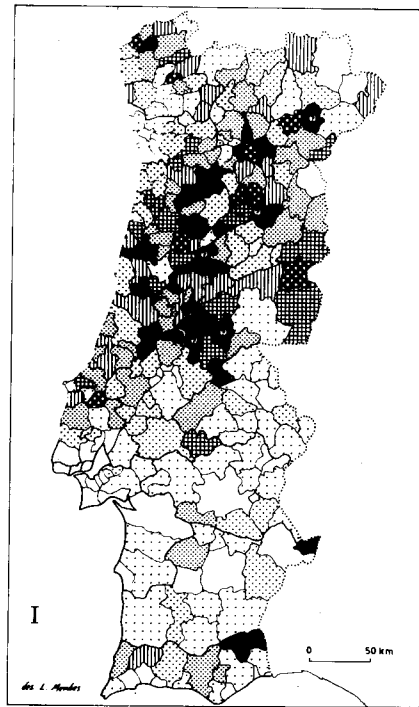


Fig. 18 — Pessoas dos agregados familiares dos produtores que trabalham fora das suas explorações, em percentagem da população activa na indústria, incluindo a extractiva (I), na construção civil e obras públicas (II), no comércio, hotelaria, etc. (III) e nas «outras actividades remuneradas» (IV).

emprego e recrutam os trabalhadores entre as novas gerações rurais e camponesas, que continuam a cultivar as explorações familiares ou pelo menos a nelas residir. Não muito cansativas, limpas, proporcionando contactos humanos, salários modestos mas regulares e alguma afirmação social, as actividades terciárias recrutam facilmente os seus membros, muitos dos quais mantêm outras ocupações, agrícolas e não agrícolas. Também as de carácter sazonal os motivam, mesmo quando implicam migrações de residência ou migrações pendulares mais ou menos amplas: assim se compreendem as percentagens muito elevadas nos concelhos de Aljezur, Monchique, Almodôvar e Alcoutim. Noutros casos é a organização dos transportes de pessoas, e sobretudo de mercadorias, que explica valores percentuais elevados nos concelhos de residência dos motoristas e ajudantes, como nos do vale do Tejo a montante de Vila Nova da Barquinha e Constância. As percentagens muito elevadas, nalguns casos bastante superiores a 100%, não se explicam facilmente por migrações pendulares ou apenas periódicas e levantam-nos por si só muitas dúvidas acerca das contagens do RAC e do significado destes indicadores de penetração do capitalismo nos campos através da mobilização da força de trabalho que neles continua a residir.

Em síntese, as análises à escala do país, do distrito e do concelho reforçam a ideia da pluriactividade das famílias agrícolas como estratégia fundamental para a superação dos seus problemas económicos e de emprego agrícola e como meio de viabilização de outras actividades pouco lucrativas e mesmo economicamente deficitárias, como certos serviços (pela dimensão dos equipamentos e das clientelas), mas que respondem a legítimas aspirações e à procura efectiva da população residente, atenuam o carácter repulsivo de certas áreas e contribuem para manter níveis de povoamento que contrariam as tendências de desertificação e de paralelo abandono de recursos naturais e humanos (investimento do esforço de muitas gerações no alargamento da superfície cultivada). Do conjunto excluem-se as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com grandes volumes de empregos secundário e terciário desempenhados por população de residência urbana ou suburbana, mesmo se natural do campo distante, que abandonou oportunamente; e exclui-se o Alentejo, em termos genéricos, pela mediocridade do emprego não agrícola e pela estrutura social agrária, onde a pequena e

muito pequena exploração não retêm minimamente as novas gerações não agrícolas (famílias reduzidas: fig. 19), nem mesmo asseguram residência, trabalho e receita complementar dos salários de muitos jornaleiros e trabalhadores permanentes da grande exploração. A importância da pluriactividade continua todavia bastante forte ao nível do produtor individual (fig. 20). Recordem-se as elevadas taxas de masculinidade deste grupo (fig. 21) e do conjunto da população activa agrícola (fig. 22), incluindo a das UCP'S e Cooperativas de Produção, onde a população feminina é quase sempre apenas mobilizada rotativamente, para tarefas assaz sazonais e rotineiras («exército de reserva»).

6. SUBEMPREGO NÃO AGRÍCOLA E AGRÍCOLA

A população que labora num sector ou que se considera profissional num ramo não trabalha nele necessariamente a tempo completo e menos ainda em exclusividade.

Para as actividades não agrícolas, podemos deduzir a subocupação da população activa civil a exercer uma profissão a partir do número de horas de trabalho na semana de referência (meados de Março) do *XII Recenseamento Geral da População*, de 1981 (quadro IV): não considerámos todavia os ramos terciários de horários mais rígidos, pelo seu cumprimento regular independentemente da ocupação do respectivo tempo, nem os tempos de trabalho superiores a 35 horas semanais, pelas diferenças da contratação (industrial ou terciária, com algumas modalidades; privada ou pública); os valores assim calculados são, por isso, claramente inferiores aos reais.

Ao nível do Continente, a subocupação parece significativa nos serviços domésticos, onde cerca de 1/3 dos activos trabalhou menos de 35 horas, dos quais 12,6% menos de 15 horas, nos serviços pessoais diversos, serviços prestados a empresas, seguros e operações sobre imóveis, serviços relacionados com os transportes, no comércio, restaurantes, cafés, pensões e hotéis, nas indústrias alimentares e de bebidas e nas indústrias têxtil, de confecção e de calçado, além da pesca. Destacam-se os ramos em que são importantes os isolados e os pequenos empresários (logo, autonomia de horário e trabalho segundo a procura e outras responsabilidades e alternativas) e os trabalhadores femininos, desde os

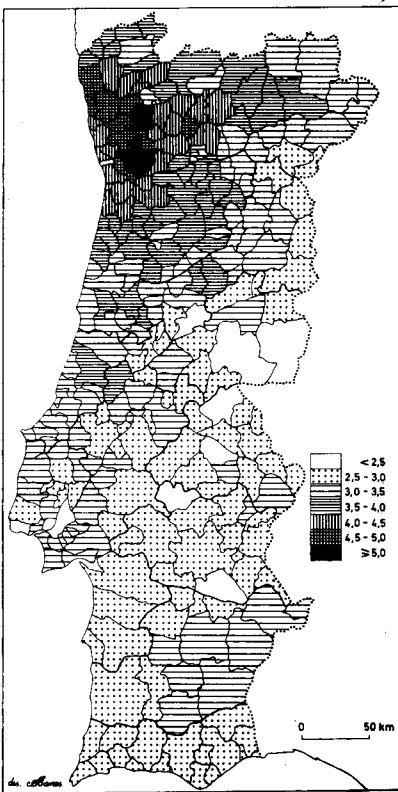


Fig. 19 — Dimensão média dos agregados domésticos dos produtores agrícolas individuais (n.º de pessoas por agregado), em 1979.

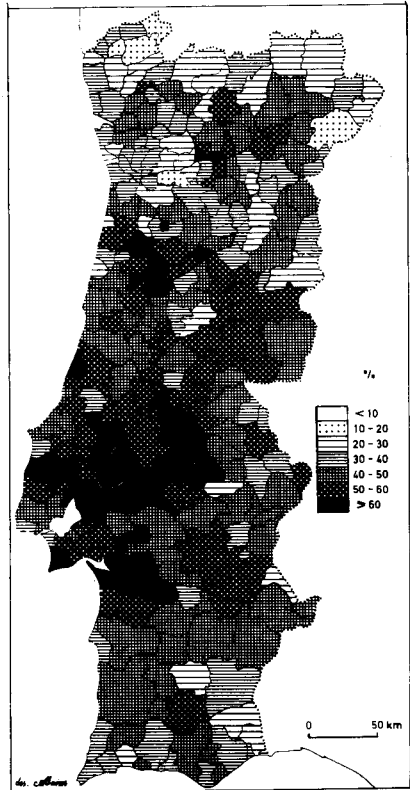


Fig. 20 — Produtores agrícolas individuais pluriactivos (%), em 1979.

serviços domésticos e serviços pessoais diversos às indústrias alimentares e às de confecção (tricotagem; costura).

Mas as situações diferem regionalmente, por certo em relação com a organização das unidades, e a maior ou menor autonomia e dependência do trabalho, facto que procurámos avaliar pela sua análise em distritos significativos, do litoral e do interior, do Norte e do Sul. Assim, no de Braga acentua-se a frequência dos activos que laboram menos de 35 horas nas indústrias alimentares e de bebidas e nos seguros e operações sobre imóveis, ao contrário de todos os outros ramos, designadamente dos serviços domésticos, pessoais diversos, de apoio a empresas e aos transportes e da pesca. As reduções dos valores, em confronto com os

QUADRO IV

População residente activa civil a exercer uma profissão (%), segundo o número de horas de trabalho semanal (<15 e <35 horas) (1981)

Principais ramos	Continente		Braga		Aveiro		Viseu		Bragança		Guarda		Beja	
	<15	<35	<15	<35	<15	<35	<15	<35	<15	<35	<15	<35	<15	<35
Pesca	3,1	7,8	—	1,8	1,3	3,8	—	—	—	—	—	—	0,4	3,0
Indústria extractiva	0,8	2,0	0,5	2,5	0,6	2,0	1,1	3,2	—	0,4	1,2	2,4	0,8	1,8
Alim. e bebidas	2,1	5,2	3,1	10,5	1,9	4,7	2,4	6,6	1,3	3,3	1,7	3,8	1,3	3,3
Têxteis, conf., calç.	1,6	4,1	0,6	1,8	1,1	3,0	3,3	9,3	3,5	19,9	1,1	2,5	6,1	18,6
Madeira, mob., papel	1,2	2,7	0,8	2,1	0,7	1,6	0,8	2,1	2,0	5,7	1,3	4,6	0,5	2,8
Graf., quim., der. petr., borracha e plásticos	1,8	2,7	1,1	2,5	0,7	1,9	1,6	3,8	2,6	5,9	2,5	3,8	1,5	1,5
Vidro, por., prod. min. não met.	1,2	2,6	0,9	2,4	0,8	1,4	0,5	1,3	1,6	2,4	0,4	2,6	—	1,2
C. base ferro, aço., met. não fer., máq., mat. eléct. e de transporte	1,5	3,0	0,8	1,8	0,7	1,5	1,2	2,3	2,3	5,8	1,2	2,5	2,1	4,0
Const. civil e obras públicas	1,2	3,0	0,5	1,5	0,6	1,2	1,1	3,0	1,0	3,3	1,0	2,8	0,7	1,6
Comércio	2,4	7,0	1,6	5,4	1,7	5,2	2,0	5,7	1,7	6,2	1,9	4,5	1,9	5,4
Hotéis, rest. cafés, etc.	2,8	6,4	1,8	5,0	1,5	4,4	2,1	5,2	3,0	5,6	1,2	4,0	1,7	5,5
Transp. terrestres	1,8	3,9	0,8	2,6	1,1	3,3	1,8	3,8	1,7	5,8	1,4	2,0	1,1	3,0
Transp. aquáticos	2,8	6,6	1,8	5,4	2,4	5,6	—	—	—	—	—	—	2,0	2,1
Serv. relac. transporte	2,8	8,6	3,8	5,3	2,3	4,1	—	—	—	1,7	1,5	3,0	—	—
Seguros e op. sobre imóveis	3,0	11,7	6,1	14,1	4,4	12,7	6,7	10,0	6,1	14,3	8,3	15,2	5,3	18,6
Serv. prestados a empresas	2,9	12,0	1,8	9,1	2,3	8,4	3,3	11,0	1,3	10,0	1,5	6,6	1,9	7,6
Serv. reparação diversos	2,1	4,7	1,1	3,1	1,0	3,0	1,3	3,5	2,4	5,9	1,1	4,0	1,5	3,2
Serviços domésticos	12,6	34,6	6,2	19,5	6,2	23,4	4,8	15,3	5,7	18,1	5,7	19,8	9,1	31,2
Serviços pessoais diversos	5,1	12,4	6,6	9,5	4,0	12,2	3,9	13,0	6,3	17,2	4,4	11,2	5,8	16,7

(—) Valores sem significado.

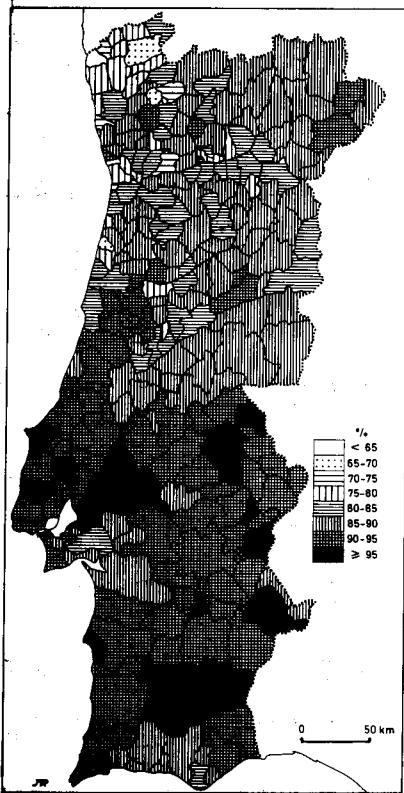


Fig. 21 — Taxas de masculinidade dos produtores agrícolas individuais (%; 1979).

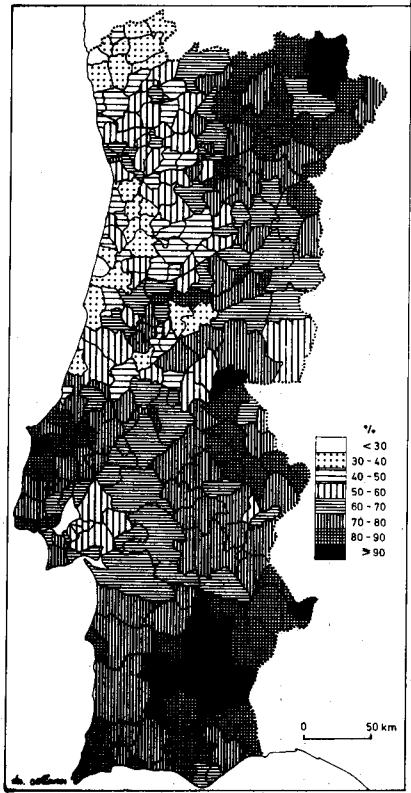


Fig. 22 — Taxas de masculinidade da população activa agrícola (%; 1981).

do Continente, são gerais no de Aveiro, apenas com a excepção do ramo dos seguros e operações sobre imóveis, que nos faz pensar nos intermediários que disputam a clientela dos emigrantes que buscam formas lucrativas de colocação das suas poupanças. Em Viseu os tempos de trabalho reduzidos também aparecem relativamente bem representados na indústria têxtil, de confecções e de calçado, mas atenuam-se nos serviços domésticos. No distrito de Bragança relevam-se com horários reduzidos quase todas as indústrias, mas sobretudo as têxteis, de confecção e de calçado (modistas, sapateiros?), os seguros (agentes com outras profissões principais, tal como nos de Guarda e Beja) e os serviços pessoais diversos (clientela pouco numerosa, em relação com as baixas densidades demográficas, os modos de vida e os padrões de consumo). Por

sua vez, no da Guarda, a principal diferença relativamente aos valores do Continente observa-se, para menos, nos serviços prestados a empresas e sobretudo nos domésticos; e para mais, nas indústrias do grupo da madeira e mobiliário, e ainda nos seguros e operações sobre imóveis. No distrito de Beja sobressai o tempo de trabalho reduzido dos ramos têxtil, confecção e calçado, como em Bragança, dos seguros e operações sobre imóveis, como em Bragança e na Guarda, mas mais acentuadamente, dos serviços pessoais diversos, também à semelhança de Bragança, e dos serviços domésticos, onde cerca de 10% dos activos laborou menos de 15 horas e 1/3 menos de 35 horas, valor pouco inferior ao observado no Continente.

Do conjunto, parece relevante e geral a subocupação de muitos activos com profissão, nomeadamente entre os ramos com mais iniciativas individuais, trabalhadores de conta própria e trabalhadores femininos e nos de fácil combinação com outras actividades, como por exemplo, comércio, correspondente bancário, agente de companhias de seguro, agente imobiliário, etc. Tal subocupação torna compatível a pluriactividade dentro e fora do respectivo sector, inclusive no agrícola.

Analisemos, então, a intensidade do trabalho nos diferentes ramos deste sector entre os seus activos com profissão (quadro V). Dos que laboram na agricultura e pecuária, cerca de 1/5 nos distritos de Aveiro e 1/4 no de Braga dedicou-lhe menos de 45 horas, mas no conjunto do Continente e nos distritos de Beja e Viseu as percentagens elevaram-se a 30% e nos de Bragança e Guarda rondaram os 35%: intensidade do trabalho na agricultura familiar, regada e associando a pecuária leiteira; tempos mortos onde os sistemas de uso do solo são mais extensivos, tal como a criação de gado, e com vastas plantações, que exigem sobretudo trabalho sazonal; horários impostos pelos contratos colectivos, nas áreas de agricultura patronal e nas das UCP's, como em Beja. Os valores percentuais dos horários que ultrapassam as 45 horas são inferiores nos serviços relacionados com a agricultura (agricultores nos tempos deixados livres pelo cultivo das suas explorações e necessitando de ganhos complementares; técnicos agrários integrados no funcionalismo público) e na silvicultura e exploração florestal (trabalhadores por conta doutrem). Podemos assim afirmar que a população com profissão agrícola tem, no geral, horários de trabalho superiores a 35 horas, mesmo

QUADRO V

População residente activa civil a exercer uma profissão agrícola, segundo o número de horas de trabalho semanal (1981) (%)

	Continente	Braga	Aveiro	Viseu	Bragança	Guarda	Beja
<i>Agricultura e pecuária</i>							
< 15 horas	1,0	0,6	0,6	1,2	0,8	1,3	1,0
15-35	4,5	3,7	2,9	5,3	6,0	7,3	2,3
35-45	23,6	18,9	16,1	20,5	28,3	25,5	25,0
> 45	70,9	76,9	80,4	72,9	64,9	65,8	71,7
<i>Serviços relacionados com a agricultura</i>							
< 15 horas	1,7	—	—	3,4	—	—	—
15-35	3,3	—	—	1,7	—	3,5	—
35-45	35,7	55,6	50,0	27,1	40,0	32,7	75,0
> 45	59,9	44,4	50,0	67,8	60,0	63,7	25,0
<i>Silvicultura</i>							
< 15 horas	0,7	6,7	2,2	0,2	—	0,4	—
15-35	2,5	6,7	4,3	2,1	3,0	3,6	—
35-45	29,8	26,6	37,0	21,9	33,3	28,3	13,3
> 45	66,9	60,0	56,5	75,8	63,6	67,8	86,7
<i>Exploração florestal</i>							
< 15 horas	0,5	—	0,8	0,8	—	0,6	—
15-35	1,8	0,7	1,2	1,5	5,4	2,8	—
35-45	33,8	21,6	29,8	29,1	24,3	49,4	54,5
> 45	63,9	77,8	68,2	68,6	70,3	47,2	45,5

no Norte interior, e que a sua subocupação, pequena e sazonal, deverá compensar a sobreocupação de grande parte dela.

A população profissionalmente agrícola abrange contudo apenas uma parcela da que trabalha na agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal: 664.681, contra 1.835.887 membros dos agregados domésticos dos produtores individuais que trabalham nas suas explorações, ou seja, apenas 36,2%, e contra 721.994 produtores individuais laborando nas mesmas. Sabemos, porém, que alguns produtores não as trabalham e outros dedicam-lhes pequenas fracções dos seus tempos de actividade (quadro VI): respectivamente, nos distritos de Porto, Coimbra, Viana do Castelo, Braga e Aveiro; e nos de Évora, Santarém, Beja, e ainda Vila Real e Faro. Vila Real, Bragança, Guarda e Santarém destacam-se paralelamente pelos que o fazem a tempo completo. Se considerarmos o conjunto da população agrícola familiar em idade activa (12 e mais anos), que inclui os produtores, verificamos que cerca de 1/5 não trabalha nas respectivas explorações (menos nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Vila Real, Viseu, Guarda e Castelo Branco e mais de 1/4 nos de Évora e Beja) e 1/5 a 1/3 dedica-lhes menos de 25% do seu tempo de actividade; inversamente, só nos distritos de Aveiro, Braga, Porto e Coimbra mais de 25% daquela as trabalha a tempo completo, enquanto nos de Vila Real, Bragança e Guarda as percentagens são inferiores a 10%.

Mesmo tendo em conta a especificidade da actividade agrícola, os ritmos impostos pela biologia e pelo clima, parece existir nos campos importante força de trabalho disponível para tarefas fora da exploração, no interior do sector e noutros sectores de actividade económica, principalmente nas explorações mais pequenas (mas também nas muito vastas e entre a população feminina, na sua grande parte doméstica) (fig. 23). O mundo rural português mantém, pois, viva a sua função produtora e reprodutora de mão-de-obra para os outros sectores de actividade, mão-de-obra que vai retendo pela insuficiência do desenvolvimento económico e social, regional, nacional e europeu.

QUADRO VI

Produtores individuais (%) e pessoas do agregado do produtor em idade activa (A.F. > 12 anos) (%)
Tempos de actividade na exploração (%)

Distritos	S/act. na exp.		< 25%		25 a < 50%		50 a < 75%		75 a < 100%		T. completo	
	P.I.	A.F.	P.I.	A.F.	P.I.	A.F.	P.I.	A.F.	P.I.	A.F.	P.I.	A.F.
Aveiro	8,2	16,9	23,3	20,2	17,7	13,8	12,2	10,3	6,2	7,1	32,4	31,7
Beja	4,3	26,9	31,6	27,0	14,3	12,4	12,9	10,0	10,0	6,8	26,9	16,9
Braga	9,4	12,6	21,9	22,4	15,0	14,4	10,9	11,3	9,7	12,6	33,1	26,7
Bragança	7,1	22,9	23,7	29,2	21,8	21,3	22,2	13,9	12,6	6,1	12,6	6,6
Castelo Branco	4,9	16,1	20,6	20,7	21,4	17,5	18,8	16,5	10,2	8,1	24,1	21,1
Coimbra	10,3	20,1	26,4	21,2	18,6	14,9	12,5	10,8	6,8	7,6	25,4	25,4
Évora	6,7	26,3	36,7	31,4	16,2	13,8	11,4	8,8	3,8	3,0	25,2	16,7
Faro	4,9	20,2	27,9	30,0	20,3	18,1	14,3	12,5	10,1	6,7	22,5	12,5
Guarda	6,2	16,3	23,6	27,2	20,8	19,8	20,1	17,1	14,9	10,5	14,4	9,1
Leiria	5,7	19,4	22,4	20,7	23,6	19,2	15,5	14,2	8,8	9,1	24,0	17,4
Lisboa	3,0	23,7	24,3	25,5	20,3	17,0	16,5	12,0	7,5	4,9	28,4	16,9
Portalegre	4,4	20,2	25,0	25,5	23,3	18,6	13,6	11,0	5,5	5,1	28,2	19,6
Porto	14,4	23,9	19,9	18,3	13,6	12,5	9,6	9,6	7,5	7,9	35,0	27,8
Santarém	5,8	22,0	33,2	30,1	23,6	18,0	14,6	11,3	6,9	5,7	15,9	12,9
Setúbal	3,4	20,1	22,7	24,2	24,1	18,7	15,3	12,2	6,4	5,1	28,1	19,7
Viana do Castelo	10,0	12,0	16,8	18,2	13,5	13,3	14,9	15,4	20,5	24,5	24,3	16,6
Vila Real	6,0	15,0	28,2	33,0	24,4	24,2	21,3	16,1	13,9	7,2	6,2	4,5
Viseu	6,2	15,7	23,4	22,2	18,6	15,8	17,1	15,1	14,4	16,8	20,3	14,4
CONTINENTE	7,3	30,7	24,5	20,1	19,4	14,1	15,1	10,9	10,0	8,2	23,7	16,0

7. DIMENSÃO DAS EXPLORAÇÕES A TEMPO PARCIAL E SEU ALCANCE SÓCIO-ECONÓMICO

A função social e política da agricultura a tempo parcial e da semi-proletarização das famílias camponesas não depende apenas da sua maior ou menor generalização e da sua penetração nos diferentes mercados de trabalho, mas também da parcela da produção agrícola que controlam a nível nacional e regional e da sua repartição.

F. CORDOVIL (1979) procurou avaliar, para os finais dos anos 60, as estruturas agrárias nacional e distrital através do PAB. No país, 35,2% das explorações tinham menos de 10 contos de PAB, 24,4%, de 10 a 20 contos, 23,1%, de 20 a 40 contos, etc. (p. 49). Nas primeiras, os rendimentos do trabalho não ultrapassavam metade do salário médio anual de um proletário rural do sexo masculino. Pela muito pequena dimensão produtiva, «representam um recurso económico claramente complementar para as famílias dos respectivos empresários ou, quando constituem recurso principal, implicam que estas vivam claramente abaixo do nível médio de subsistência do proletariado rural (já de si muito baixo)» (p. 130-132): situações de carácter residual (famílias envelhecidas) ou de natureza transitória; unidades complementares ou pelo menos não autónomas, quando muito com plurirrendimento sem pluriactividade. Nas da classe de 10 a 20 contos de PAB o valor do trabalho aproximava-se ou igualava o de um proletário rural (homem): explorações familiares complementares e não autónomas; algumas explorações familiares autónomas, mas de agregados com consumos

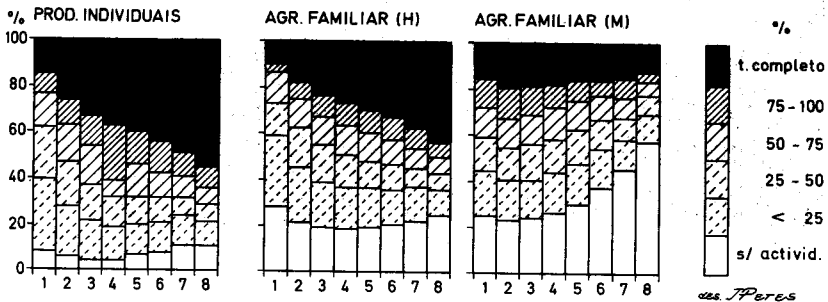


Fig. 23 — Tempos de actividade (%) nas explorações de produtores individuais, segundo a sua dimensão: (1) < 1 ha; (2) 1-3 ha; (3) 3-5 ha; (4) 5-10 ha; (5) 10-20 ha; (6) 20-50 ha; (7) 50-100 ha; (8) \geq 100 ha (1979).

reduzidos ou com outros rendimentos. Na classe de 20 a 40 contos o rendimento do trabalho podia alcançar o do conjunto dos salários de um homem e de uma mulher trabalhando na agricultura: englobava, pois, algumas explorações familiares complementares e não autónomas e unidades economicamente autónomas, permitindo a satisfação de necessidades de subsistência de um agregado doméstico com dimensão média. Quanto às de PAB entre 40 e 80 contos, F. CORDOVID admite que as familiares autónomas «podem assegurar um nível de consumo à família dos respectivos empresários superior ao de uma família proletária embora sem possibilidades significativas de acumulação e reconversão» (p. 133).

Os valores de PAB traduzem a insuficiência do rendimento de grande número de explorações, tanto do Norte como do Sul (fig. 24): as de menos de 10 contos sobressaem nos distritos de Castelo Branco e Porto; as de menos de 20 contos nos de Castelo Branco, Coimbra, Viana do Castelo e Faro; as de menos de 40 contos nos de Coimbra, Castelo Branco, Aveiro, Viana do Castelo, Leiria, Faro, e ainda nos de Vila Real e Viseu; inversamente, nas de PAB superior destacam-se os distritos de Lisboa, Braga e Porto (doações; quintas de famílias urbanas), Bragança e Beja, seguidos pelos de Évora, Setúbal e Santarém, e finalmente estes pelos de Guarda e Portalegre.

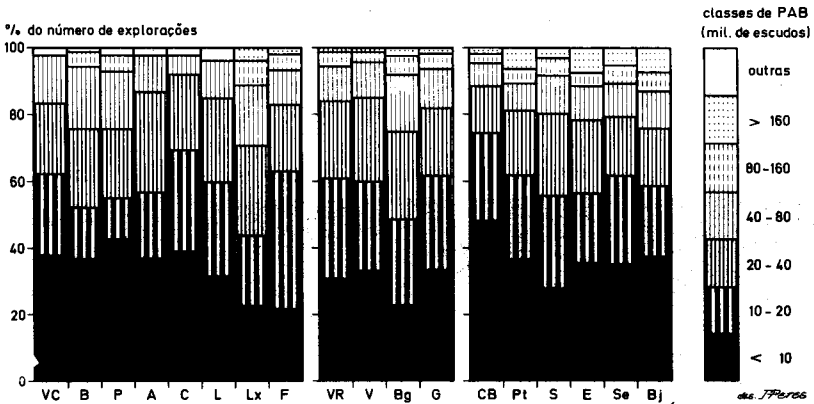


Fig. 24 — Estruturas agrárias distritais dos finais dos anos 60, segundo o PAB. VC—Viana do Castelo; B—Braga; P—Porto; A—Aveiro; C—Coimbra; L—Leiria; Lx—Lisboa; F—Faro; VR—Vila Real; V—Viseu; Bg—Bragança; G—Guarda; CB—Castelo Branco; Pt—Portalegre; S—Santarém; E—Évora; Se—Setúbal, Bj—Beja.

QUADRO VII

DISTRITOS	PAB < 10 contos		PAB de 10 a 20 contos	
	Expl. comp. (%)	Exp. não aut. (%)	Expl. comp. (%)	Expl. não aut. (%)
Aveiro	30,0	18,6	16,0	18,6
Beja	33,9	14,7	21,2	13,5
Braga	30,3	21,0	13,7	15,3
Bragança	25,7	17,8	15,1	18,7
Castelo Branco	28,1	18,1	16,1	17,6
Coimbra	21,6	18,0	9,8	15,5
Évora	45,3	6,5	22,8	9,7
Faro	24,5	19,0	15,2	14,7
Guarda	15,0	13,7	7,9	10,4
Leiria	30,7	16,0	17,4	18,1
Lisboa	46,1	14,5	28,1	18,1
Portalegre	50,0	16,9	27,9	12,8
Porto	42,6	11,4	17,4	11,9
Santarém	36,7	13,9	22,7	16,4
Setúbal	58,5	15,5	40,3	12,5
Viana do Castelo	8,4	13,5	2,7	9,5
Vila Real	20,7	16,1	7,2	14,6
Viseu	17,3	16,2	8,4	13,5

A insuficiência dos rendimentos forçava a busca de trabalho remunerado fora da exploração por parte dos membros potencialmente activos, como simples contributo (não autónomas) ou como modo de vida (complementares): 12,8% e 16,3%, respectivamente, no conjunto do Continente. Assim, nas explorações de PAB inferior a 10 contos, 28,6% eram complementares e 16,1% familiares não autónomas, contra 14,7% e 15% na segunda classe (10-20 contos) e 8,4% e 11% na de 20 a 40 contos. Por distritos (quadro VII), na classe de menos de 10 contos as percentagens das complementares alcançavam valores bastante altos em Évora, Lisboa, Portalegre e Setúbal; na de 10 a 20 contos os maiores valores observavam-se em Beja, Évora, Santarém, Portalegre, Lisboa e Setúbal, no prolongamento de empregos alternativos no interior do sector agrícola e nos outros sectores. As explorações complementares situavam-se, com efeito, na sua maioria, na classe de menos de 10 con-

tos de PAB (mais de 2/3 nos distritos de Braga, Coimbra, Évora, Portalegre, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, mas menos de 50% nos de Bragança, Lisboa e Santarém, que compreendem unidades complementares de PAB elevado, pertença de elites fundiárias e urbanas). Também as familiares não autónomas se distribuíam fundamentalmente pela classe de menos de 10 contos de PAB: cerca de 50% nos distritos de Beja, Coimbra, Guarda e Portalegre, mas 54% nos de Castelo Branco, Porto e Viana do Castelo e 58% no de Braga; os valores mais baixos observavam-se em Lisboa, Bragança e Santarém, distritos com maior percentagem de não autónomas na classe de 10 a 20 contos, a par de Coimbra, Évora, Leiria e Viana do Castelo (F. CORDOVIL, obra cit., p. 180-190).

Dez anos depois, pelo RAC, verificamos que o trabalho exercido fora da exploração pelo produtor e pelo conjunto dos membros da família diminui com a dimensão das explorações (quadro VIII), mais

QUADRO VIII
Produtor individual (%)

<i>Actividade fora da exploração</i>	< 1	1-3	3-5	5-10	10-20	20-50	≥ 50 ha
Agric. silv. e caça	42,9	35,8	10,1	7,0	2,3	0,9	1,0
Pesca	62,4	26,3	5,8	3,3	1,2	0,5	0,5
Ind. (inc. ext.)	61,6	27,4	5,3	3,2	1,2	0,5	0,8
C. civil e ob. p.	58,7	30,0	6,1	3,3	1,2	0,3	0,4
Comércio, hot. etc.	44,3	31,1	9,5	8,0	3,9	1,7	1,3
Outras	52,1	30,4	7,6	5,4	2,3	1,1	1,1

Agregado doméstico (inc. produtor) (%)

<i>Actividade fora da exploração</i>	< 1	1-3	3-5	5-10	10-20	20-50	≥ 50 ha
Agric. silv. e caça	42,9	34,8	10,1	7,6	2,5	0,9	1,2
Pesca	58,4	28,1	6,8	3,9	1,6	0,6	0,6
Ind. (inc. ext.)	59,0	28,1	6,5	4,1	1,3	0,4	0,6
C. civil e ob. p.	54,0	32,1	7,4	4,3	1,3	0,4	0,5
Comércio, hot. etc.	43,8	31,9	10,1	8,1	3,7	1,6	0,8
Outras	49,5	30,8	8,6	6,3	2,8	1,3	0,7

fortemente para os que laboram na agricultura e silvicultura, na pesca, na indústria e na construção civil do que no comércio e hotelaria e noutras actividades, que são essencialmente terciárias. Por outras palavras, os trabalhadores de filiação e residência agrícolas inserem-se esmagadoramente em explorações pequenas (mais de 3/4 são inferiores a 3 ha), embora menos quando trabalham no sector (técnicos agrícolas) e no comércio (empresários; comerciantes de produtos agrícolas e de gado, etc.).

As situações diferem regionalmente e podem ser analisadas por distrito. Para os produtores individuais (fig. 25) é notório o significado das inferiores a 1 ha e a 3 ha para todos os ramos de actividade nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Vila Real e Viseu; Lisboa e Faro, com maior representação das de mais de 3 ha e de menos de 1 ha, não só entre os que trabalham no comércio e nas outras actividades remuneradas mas também entre os que o fazem na agricultura, pecuária e silvicultura, asseguram a transição para os distritos do interior e do Sul, de Bragança a Beja. É nos distritos alentejanos que se afirmam as explorações mais vastas, designadamente no de Beja, onde muitos produtores com mais de 20 ha laboram fora da sua exploração, tanto na agricultura e na pesca, como no comércio e nos serviços, para o que contribui a mediocridade das condições naturais e a extensividade dos sistemas de produção, que, em termos médios, fazem com que muitas unidades de 20 e mais ha sejam pequenas e muito pequenas explorações.

Sintetizemos um pouco mais esta informação, considerando apenas 3 classes de área: inferior a 1 ha, 1-3 ha e 3 ha e mais (fig. 26). Quanto aos activos na agricultura, pecuária e silvicultura temos, por um lado, Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu; e por outro, Portalegre, Santarém, Guarda, Castelo Branco e Évora, isolando-se o distrito de Lisboa, pelo equilíbrio das três classes, o de Faro, pelo peso da 1-3 ha e os de Bragança e Beja pelo da 3 ha e mais. Os produtores que laboram na indústria concentram-se mais nas inferiores a 1 ha e de 1-3 ha, embora continuem a destacar-se, pela frequência correspondente, as de 3 ha e mais, os distritos de Bragança e Beja, tal como na construção civil, e ainda no comércio e nas outras actividades, sendo então acompanhados de perto por Évora e até por Portalegre.

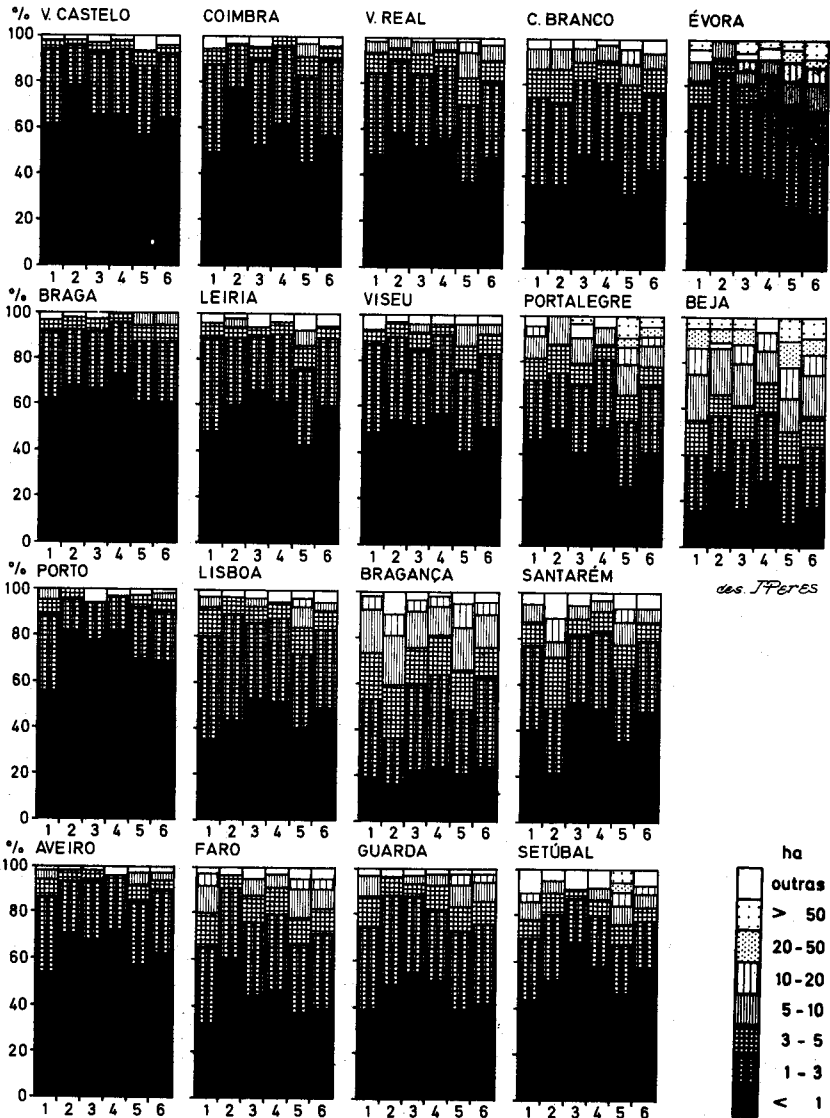
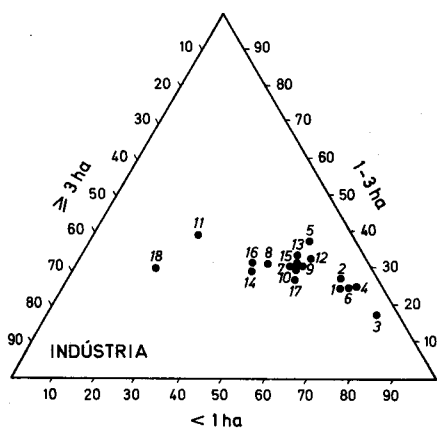
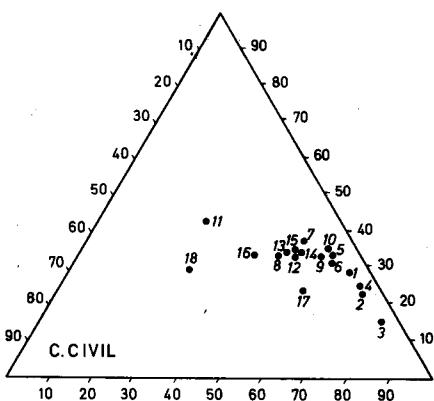
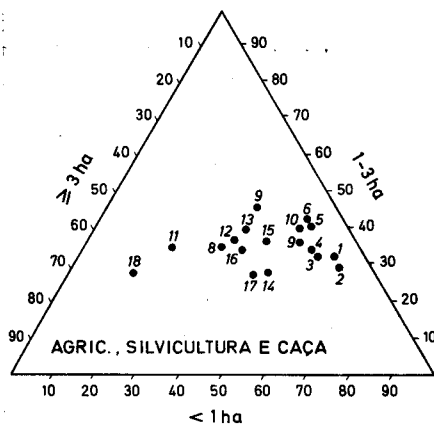


Fig. 25 — Atividades exercidas fora da exploração pelos produtores individuais, segundo a dimensão das explorações, por distrito (1979): (1) agricultura, silvicultura e caça; (2) pesca; (3) indústria, incluindo a extractiva; (4) construção civil e obras públicas; (5) comércio, hotelaria, etc.; (6) «outras actividades remuneradas».



dos T. Pires

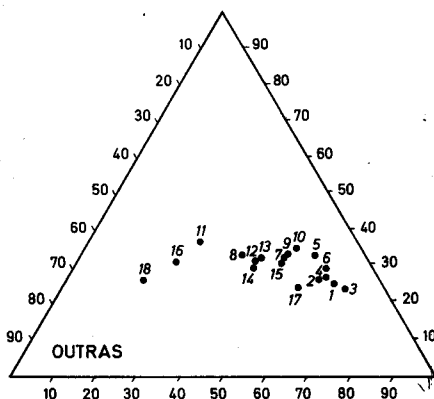
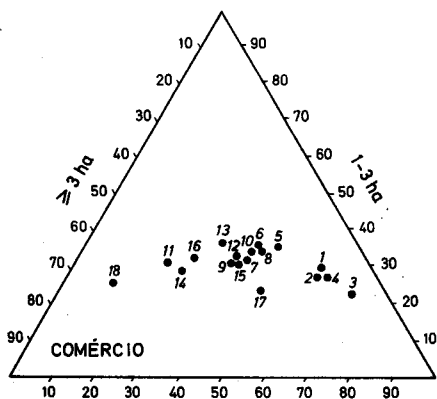
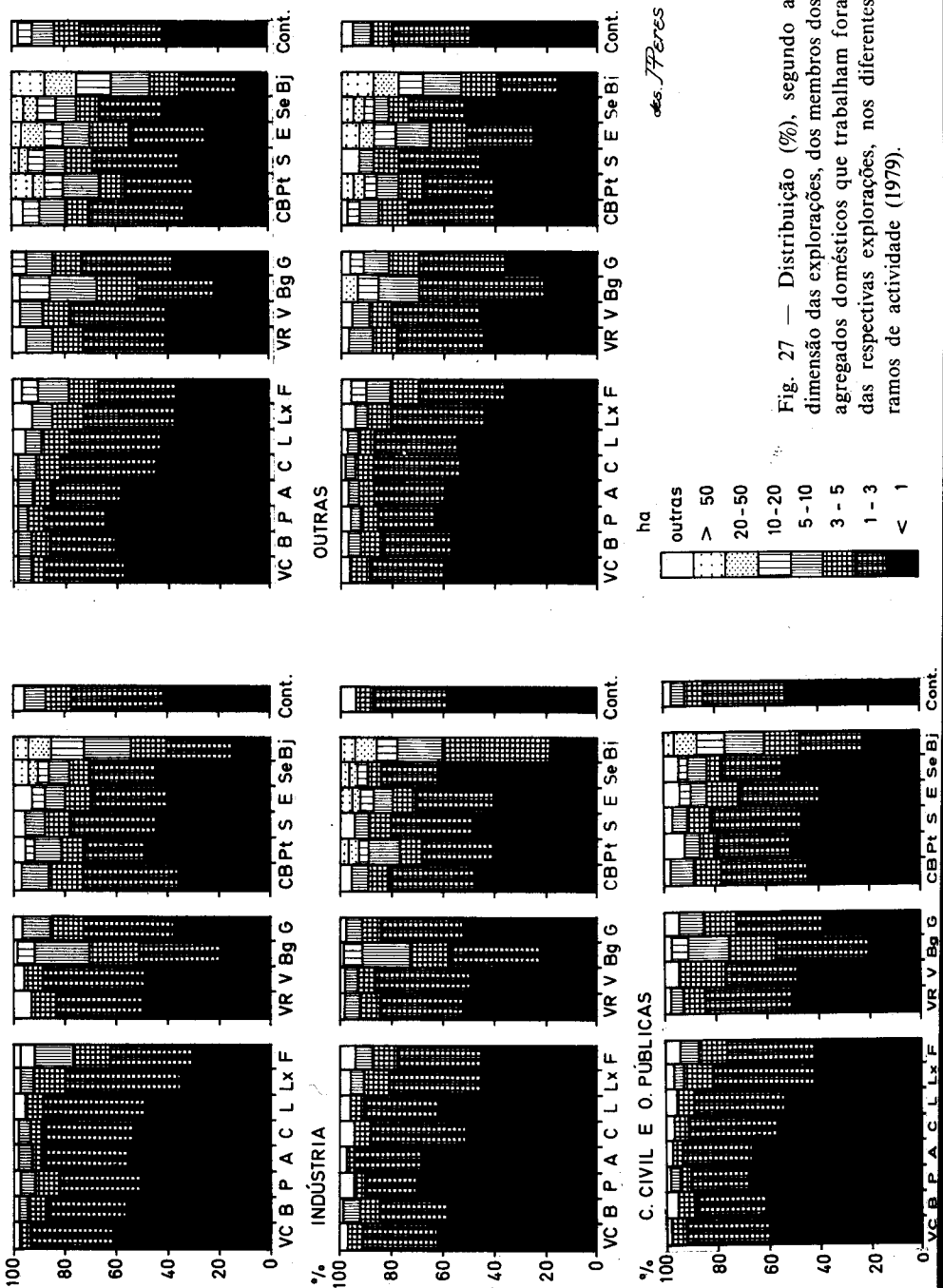


Fig. 26 — Produtores individuais que trabalham fora das suas explorações, segundo as actividades externas e a dimensão das explorações (1979). Distritos: (1) Viana do Castelo; (2) Braga; (3) Porto; (4) Aveiro; (5) Coimbra; (6) Leiria; (7) Lisboa; (8) Faro; (9) Vila Real; (10) Viseu; (11) Bragança; (12) Guarda; (13) Castelo Branco; (14) Portalegre; (15) Santarém; (16) Évora; (17) Setúbal; (18) Beja.



des. J. P. P.eres

Fig. 27 — Distribuição (%), segundo a dimensão das explorações, dos membros dos agregados domésticos que trabalham fora das respectivas explorações, nos diferentes ramos de actividade (1979).

Alarguemos a análise regional a todos os membros do agregado familiar do produtor, ou seja, às suas mulheres e às gerações mais jovens que continuam a residir nas explorações dos pais, e proceda-se segundo as actividades exercidas fora daquelas (fig. 27). Na região do litoral os que trabalham na agricultura vivem em explorações bastante pequenas, tal como os de Vila Real e Viseu e, de certo modo, também os de Portalegre e Setúbal; Faro, distrito litoral, aproxima-se de Bragança, e aproxima-se dos do Sul pelas médias mas não pelas grandes explorações. A repartição estrutural dos operários apresenta-se bastante semelhante à da agricultura, enquanto na dos trabalhadores da construção civil perdem importância as explorações vastas dos distritos do Sul, mesmo no de Beja; por sua vez, entre os activos do comércio e da hotelaria atenua-se sensivelmente o peso das explorações muito pequenas, salvo no Noroeste, e afirmam-se as superiores a 20 ha, e mesmo a 50 ha, por todo o Sul, e uma vez mais principalmente no distrito de Beja. Quanto à estrutura das explorações dos activos nas «outras actividades remuneradas», verifica-se semelhança com os outros ramos, exceptuando o do comércio e hotelaria, já que apresenta maior ocorrência de explorações inferiores a 1 hectare no litoral centro, nos distritos de Vila Real e Viseu e por todo o Sul, e menos das de 20 e mais hectares, inclusive no Sul.

8. CONCLUSÃO

O grande predomínio das explorações pequenas e muito pequenas que, mesmo cultivadas intensivamente e prolongadas por pequena pecuária bovina, leiteira ou de carne, apenas proporcionam, como nos finais dos anos 60, receitas modestas, abaixo do nível de subsistência normal de uma família proletária empregada e com os salários em dia, sugere que ao nível do produtor não constituem no geral retaguarda aceitável para os períodos de crise dos outros sectores, mas permanecem, sobrevivem, pela sua função complementar, subsidiária (habitação, autoconsumo), pelos custos económicos e humanos de qualquer emigração, interna ou além-fronteiras, e pelo valor do património fundiário em meios com um mínimo de dinamismo económico, responsável pela

oferta de novos empregos, local e regional, atraindo as poupanças dos seus emigrantes, e em conjunturas inflacionistas. A situação é diferente para os outros membros da família, ainda jovens, solteiros, que partilham o alojamento e a «mesa» dos pais, e ajudam-nos nos seus tempos livres quando há muito que fazer na exploração, mas cada vez menos integram os seus salários na receita da família: a autonomia económica, ou pelo menos monetária, é um dos principais motivos da sua busca de novos trabalhos e de ganhos, a par de outros, como afirmação profissional e social, contactos, modo de vida, perspectivas futuras.

De qualquer modo, pensamos que a agricultura a tempo parcial tem maior importância para as famílias ainda algo camponesas — elevação dos rendimentos e do nível dos consumos — e para os meios rurais (atenuação do êxodo e da rarefacção do povoamento, manutenção dum mínimo de clientela justificando certos serviços, cuja ausência torná-los-ia repulsivos, etc.) do que para os outros sectores de actividade, muito embora atenuem os efeitos da mediocridade de certos salários, das reformas de velhice e invalidez, das pensões e subsídios sociais, dos pequenos ganhos nas actividades de conta própria (oficinais, de prestação de serviços) e nos serviços domésticos, da dependência inerente à contratação clandestina, da insegurança quase geral do emprego... «As batatas do quintal» não respondem mais significativamente às necessidades mínimas de consumo de alguém, embora o autoconsumo se valorize com a subida do custo dos alimentos e da parcela das receitas familiares despendidas na alimentação.

A contratação colectiva e a legislação social tendem a uniformizar a situação do pessoal dependente, qualquer que seja a sua localização no país: são então as famílias dos trabalhadores com residência rural e produção agrícola as que desfrutam de maior receita e melhor nível de vida, embora quase sempre à custa de sobrecarga de trabalho e de cansativas migrações pendulares. Mesmo no interior do sector agrícola, o cultivo de pequenas explorações pelos jornaleiros eventuais não é mais determinante das jornas — jogo da oferta e da procura, em cujo equilíbrio interferem o êxodo, a mecanização, os herbicidas..., bem como a simplificação ou a intensificação dos sistemas agrícolas — nem da sua permanência, a qual depende da força de atracção de outros sectores e espaços, da sua selectividade, de raízes afectivas e até fundiárias, de deveres familiares (pais idosos), etc.

Convém contudo não esquecer que legislação e tendências não traduzem as situações concretas e actuais das famílias e dos seus membros activos e que, ao internacionalizarem-se as economias, certas situações de exploração e dependência de âmbito muito vasto e natureza subtil revelam-se mal no quotidiano. As estruturas industriais do nosso país diferenciam-se nos ramos, na dimensão das unidades, na filiação das iniciativas, na origem dos capitais, nos mercados de colocação das produções finais ou intermédias, na quantidade e qualidade de mão-de-obra, nas áreas do seu recrutamento, etc. A permanência de população rural numerosa e enraizada pelo fundiário, a elevada relação homem/terra, a alta natalidade dos campos que não foram forte e precocemente afectados pelo êxodo interno e pela migração... favoreceram certas implantações de unidades fabris e de actividades de acolhimento turístico: população disponível e aspirando a novos trabalhos e ganhos, mesmo se pouco remunerados, sazonais e instáveis (redistribuição da força de trabalho dos agregados domésticos dos produtores agrícolas, em relação com o ciclo da família; insatisfação perante as condições de vida, por degradação destas, por melhoria menos acentuada do que nos outros sectores, etc.). Os dados disponíveis não permitem averiguar estes possíveis mecanismos de desenvolvimento económico dependente de algumas regiões, tornando-se necessários estudos empíricos aprofundados, monográficos em termos de áreas, ramos e empresas. É mesmo de admitir que as relações de trabalho intersectoriais alcancem grande desenvolvimento entre os ramos não agrícolas e que a pluriactividade e o plurirrendimento não envolvendo a agricultura tenham forte representação nas regiões metropolitanas, que no geral se esbateram nesta nossa análise.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ALEGRE, E. — «Agricultura a tiempo parcial y transformaciones del campesinado», *Agricultura y Sociedad*, 17, 1980, p. 203-223.
- AMIN, S. e VERGOUPOLOS, K. — *A Questão Camponesa e o Capitalismo*, Lisboa, 1978.
- BARBERIS, CORRADO — *Gli Operai Contadini*, Paris, 1970.
- BARROS, A. DE e MENDES, F. — *Formas de Produção e Estatutos de Trabalho na Agricultura Portuguesa*, Oeiras, 1982.

- CABRAL, M. VILLAVERDE — *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal — Séc. XIX e XX*, Porto, 1974.
- CARVALHO, AGOSTINHO DE (e outros) — *Que Futuro para a Produção Leiteira: Grande ou Pequena Exploração?*, Oeiras, 1982.
— *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-75. Perspectivas de desenvolvimento da agricultura*, Oeiras, 1985.
- CAVACO, CARMINDA — «A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado económico, social e geográfico», *Economia*, V-2, Lisboa, 1981, p. 273-313.
— «A pequena horticultura doméstica de não agricultores das periferias urbanas: o caso de Lisboa», *Economia*, VIII-2, Lisboa, 1984, p. 395-423.
— *Agricultura a Tempo Parcial. Contribuição para o seu Estudo na Região de Lisboa*, Oeiras, 1985 (a).
— «Forasteiros na dinâmica demográfica da margem sul do estuário do Tejo», *Miscelânea de Estudos Dedicados a F. de Mello Moser*, Lisboa, 1985, p. 95-121 (b).
— «Alguns Aspectos dos Campos da Outra Banda», *Livro de homenagem a Mariano Feio* (em impressão).
- CAVAZANNI, A. — *Il Part-time Agricolo. Ristrutturazione Capitalistica e Famiglia Agricola*, Venezia, 1979.
- CORDOVIL, F. — *Estrutura das Explorações Agrícolas*, Oeiras, 1979.
- FARCY, H. — *Un Million d'Agriculteurs à Temps Partiel*, Paris, 1979.
- FREITAS, E. e outros — *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura. Estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950-1970*, Lisboa, 1976.
- KAUTSKY, K. — *La Question Agraire. Étude sur les Tendances de l'Agriculture Moderne*, Paris, 1970.
- MEDIROS, CARLOS ALBERTO — «Acerca dos contrastes da propriedade rústica em Portugal Continental», *Finisterra*, XVII-34, Lisboa, 1982, p. 325-435.
- NALLET, H. — *A Intensificação da Produção Agrícola*, Lisboa, 1983.
- MILHAU, J. e MONTAGNE, R. — *L'Agriculture Aujourd'hui et Demain*, Paris, 1961.
- REIS, JOSÉ — «A economia agrária e a pequena agricultura», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7/8, Coimbra, 1981, p. 149-170.
- SERVOLIN, C. — «L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste», *L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine*, Paris, 1972.
- SILVA, MANUELA e outros — *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, 1984.
- TÉPICHT, J. — *Marxisme et Agriculture: le Paysan Polonais*, Paris, 1973.
- OCDE — *L'Agriculture à Temps Partiel dans les Pays de L'OCDE, Rapport-Général*, Paris, 1978.

RÉSUMÉ

L'étude cherche à connaître la mesure où l'agriculture à temps partiel a été et est un facteur de stabilité et de paix sociale au Portugal, aussi bien à la campagne que dans les milieux industriels et urbains. Le problème regarde les modalités de pénétration du capitalisme dans la vie paysanne et celles de l'accroissement économique, surtout dans les dernières décennies: soumission aux intérêts du capital à travers la circulation monétaire (en amont et en aval) et la reproduction de la force du travail (dans le contexte régional, national ou européen: émigration, devises, acquisition de biens d'équipement, matières premières et aussi de produits alimentaires). On rappelle la logique de l'économie paysanne, son évolution par la semi-prolétarianisation, la stabilité et l'existence jusqu'à aujourd'hui de petites exploitations, surtout sur la façade atlantique et au nord de Setúbal, la complémentarité d'activités et de recettes, certains soucis avec sa protection, pour des raisons tant économiques (salaires modestes; enracinement local de la main-d'oeuvre; absorption du chômage saisonnier ou conjoncturel) que politiques. On rappelle aussi la façon dont la diversification des économies régionales, notamment le développement des activités industrielles et urbaines, a créé, dans les dernières décennies, de nouvelles opportunités de pluri-activité concomitamment avec l'accroissement des aires métropolitaines, qui polarisait les courants d'exode et augmentait le nombre de citadins venus de la campagne et séparés de la petite agriculture familiale et d'auto-consommation. On a évalué l'actuelle amplitude de la pénétration paysanne dans l'emploi non agricole d'après les membres des agrégats domestiques des producteurs individuels travaillant hors de l'exploitation dans les différents secteurs de l'activité (1979), traduits en pourcentage de la population résidant exerçant une profession dans les diverses branches de l'activité économique (1981): élevée dans l'agriculture et sylviculture et dans les départements de forte implantation d'exploitations patronales de mécanisation limitée et de micro-exploitations (par leur dimension physique et/ou économique); élevée également chez les travailleurs dans le bâtiment de la province et dans plusieurs branches du secteur tertiaire, sauf dans les aires métropolitaines; modeste chez les ouvriers (mais inversement dans certains départements et «concelhos» dominés par différents types d'industrie) et chez les travailleurs du commerce, hôtellerie et similaires, surtout dans les régions métropolitaines et dans le département de Faro (le contraire, dans les départements du Nord et Centre intérieurs). La répétition de l'analyse, mais au niveau des «concelhos», a permis de préciser les différences spatiales, ne modifiant pas toutefois leurs traits généraux. Le sous-emploi structural de l'agriculture facilite une telle pénétration, sous-emploi observé également en beaucoup d'autres activités, aussi bien au niveau du pays que de ses départements: sous-occupation de grand nombre d'actifs travaillant pour leur propre compte ou pour le compte d'autrui (en rapport avec les difficultés des entreprises et des autres secteurs: quelle sera l'importance de la pluractivité entre secteurs non-agricoles?). Le sous-emploi agricole est toutefois plus vaste, comme on peut en déduire par le temps de travail dans les exploitations des membres des agrégats socio-économiques des producteurs indivi-

duels (rythmes biologiques et dépendances météorologiques). Finalement on a analysé la valeur socio-économique des exploitations à temps partiel d'après la dimension de celles comprenant une population active dans les différentes activités (par départements). De la combinaison des diverses informations, il semble que l'on peut affirmer que la fonction médiatrice de conflits sociaux de l'agriculture à temps partiel est presque disparue, tout au moins hors du secteur et dans les régions de plus fort développement concentrant grand nombre d'actifs.

SUMMARY

This study attempts to determine the extent to which part-time farming in Portugal has been and still is a factor of stability and social peace both in rural and urban-industrial areas. The question has to do with the modalities of penetration of capitalism in agriculture and with economic growth, especially in the last decade: submission to the interests of capital by means of circulation (upstream and downstream) and by the reproduction of the work force (on regional, national and european levels: emigration, devices, equipment estates acquisition, raw material and even food products). The logic of a peasant economy is pointed out, its evolution by semi-proletarianization means, the stability and permanence of small farms (or exploitation) especially on the atlantic coast north of Setúbal, the coordination of activity and income, certain preoccupations in its defense for economic motives of owning companies (daily work and modest salaries, establishment of an abundant local work force, and absorption of seasonal or conjunctural unemployment) and for political motivations and still as a diversification of regional economies, namely the development in the past decades of industrial and urban activities, created new opportunities of plural activity, while at the same time the growth of the metropolitan areas polarized the currants of exodus and increased the number of citizens of modest means, apart from the small family agriculture and self-consumption. The current extent of penetration of various markets by agricultural families was evaluated including members of farming families who were employed outside the exploitation in various sectors (1979) and the resident population actively practicing a profession in branches of economic activity (1981): higher in the agricultural and silviculture areas, and of high implantation of patronal units, of limited mechanization and of micro-exploitation, by the physical and/or economic dimension; high also among civil construction workers in the country and service workers, although not in the metropolitan areas; modest among the workers but inversely so, in some districts and municipalities, dominated by some industrial types and among trade workers, hotel employees etc., especially in metropolitan areas, and in Faro's district, and on the contrary in the North and Central inland areas. Repeating the analysis at the municipal level allowed us to specify the spatial differences but did not alter its general lines. Such penetration is made easier by structural double-employment in agriculture, noticed in other areas as well, concerning all the country and its districts: double occupation of

many actives as a profession independant and dependant, suggesting difficulties of enterprises and of the branches (the importance of plural activity among non agricultural sectors). The agricultural double occupation is however a lot larger as can be deduced from the working time-tables at the exploitation of members of family farmers of individual producers. Finally, the socio-economic effect of part-time farming was analyzed, from the exploitations dimension containing active population in different activities, and by districts. Considering all the diversified information it seems that we can affirm the lack of a moderating influence on social conflits by part-time farming, at least out of the sector and in the more developed regions that concentrate a great number of actives.